

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº [•] / [•]**PROCESSO ADMINISTRATIVO: [•]**

MODALIDADE:	CONCORRÊNCIA
TIPO:	MENOR VALOR DE TARIFA DE REMUNERAÇÃO.
OBJETO:	CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS E PÚBLICO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
PRAZO DA CONCESSÃO:	15 anos

Preâmbulo

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, doravante simplesmente - PMI, torna público que fará realizar a LICITAÇÃO, sob a modalidade de CONCORRÊNCIA, para a seleção de proposta mais vantajosa e contratação de CONCESSÃO para a prestação dos serviços de TRANSPORTE PÚBLICO do Município de Itapoá, Estado de Santa Catarina, em conformidade com as Leis Municipais nº. [•] e nº. [•], com a LEI DE MOBILIDADE URBANA, no que for aplicável, com a LEI FEDERAL DE CONCESSÕES, com a Lei Federal nº 9.074/95, e com a LEI DE LICITAÇÕES e demais normas que regem a matéria, regulando-se pelo disposto no presente EDITAL, sem prejuízo das demais legislações aplicáveis.

Será adotado, para fins de julgamento, o critério de MENOR VALOR DE TARIFA DE REMUNERAÇÃO, conforme o disposto no artigo 15, inciso I, da LEI FEDERAL DE CONCESSÕES.

Os documentos de GARANTIA DE PROPOSTA, PROPOSTA ECONÔMICA e HABILITAÇÃO deverão ser entregues até as [•], do dia [•] na sede da PMI, localizada na [•], [•], Itapoá-SP.

A abertura dos envelopes contendo a documentação dos LICITANTES ocorrerá no dia [•] às [•], na sala [•], [•]º andar, na [•].

A licitação foi precedida de audiência pública realizada no dia [•] de [•] de 2016, nos termos do artigo 39 da Lei Federal nº 8.666/93.

O ato de justificação da Concessão, previsto no artigo 5º, da Lei Federal 8.987/95, foi publicado no Diário Oficial do [•] do dia [•] de [•] de [•] e no [•] do dia [•] de [•] de [•].

Itapoá, [•] de [•] de 2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

1. Definições

- 1.1. Os termos e expressões listados neste item, sempre que grafados com letra maiúscula, terão o significado aqui atribuído, sem prejuízo de outros termos e expressões definidos nos ANEXOS ao presente EDITAL, ou, ainda, na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
- 1.2. Os termos e expressões definidos manterão seu significado independentemente do seu uso no singular ou no plural, ou no gênero masculino ou feminino, conforme o caso.
 - I. ADJUDICATÁRIO: Significa o LICITANTE vencedor para o qual será adjudicado o objeto da LICITAÇÃO;
 - II. ANEXOS: Significam cada um dos documentos anexos ao presente EDITAL;
 - III. ATESTADO DE VISITA: Documento emitido em conformidade com o modelo constante do **Anexo IV: Modelos de Cartas e Declarações** deste EDITAL, fornecido e assinado pelo responsável do órgão licitante, dando conta de que o representante técnico ou empregado da pretensa LICITANTE, com habilitação técnica e devidamente indicado para tal fim, tomou conhecimento das condições para o cumprimento das obrigações desta LICITAÇÃO;
 - IV. COMISSÃO DE LICITAÇÃO: Significa a Comissão de Licitação criada para processar e julgar a LICITAÇÃO, que possui as prerrogativas que lhe são atribuídas neste EDITAL e na legislação aplicável;
 - V. CONTRATO: Significa o CONTRATO de CONCESSÃO de serviços públicos, conforme ANEXO I;
 - VI. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: São os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira dos LICITANTES, de acordo com este EDITAL;
 - VII. EDITAL DE LICITAÇÃO ou EDITAL: O EDITAL e os ANEXOS da Concorrência Pública n. [•];
 - VIII. ESTUDANTE: Significa os matriculados, desde a pré-escola até o segundo grau, em estabelecimentos de ensino das redes municipal, estadual e particular, localizados no MUNICÍPIO;
 - IX. GARANTIA DE PROPOSTA: É a garantia a ser prestada pelos LICITANTES de forma a garantir a manutenção da PROPOSTA ECONÔMICA;
 - X. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: Significa a garantia a ser prestada pela CONCESSIONÁRIA em favor do CONCEDENTE em garantia das obrigações assumidas no CONTRATO;
 - XI. INDICADORES DE DESEMPENHO: Os critérios objetivos de avaliação da qualidade dos SERVIÇOS;
 - XII. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Significa a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina, a Lei Orgânica do Município de Itapoá, as leis federais, estaduais e municipais, as normas infralegais e as demais normas aplicáveis, conforme vigentes, ao CONCEDENTE, à CONCESSIONÁRIA, à CONCESSÃO ou as matérias tratadas no CONTRATO, conforme o caso;
 - XIII. LEI DE CONCESSÕES: Significa a Lei Federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
 - XIV. LEI DE LICITAÇÕES: Significa a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993;
 - XV. LEI DE MOBILIDADE URBANA: Significa a Lei Federal 12.587, de 03 de janeiro de 2012;
 - XVI. LICITAÇÃO: O procedimento administrativo da Concorrência n. [•], que tem por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa com vistas à outorga da CONCESSÃO objeto do CONTRATO;
 - XVII. LICITANTE: Significa a pessoa jurídica que participe desta LICITAÇÃO;
 - XVIII. MUNICÍPIO: É o Município de Itapoá, pessoa jurídica de direito público interno;
 - XIX. PARTES: São o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA;
 - XX. PASSAGEIRO TRANSPORTADO: A soma do total de Pagantes, Gratuitos e Estudantes que acessam os SERVIÇOS. Pagantes: soma de todos os usuários que efetivamente pagam

- pelos SERVIÇOS. Gratuitos: passageiros beneficiados, por ato do PODER PÚBLICO, com isenção do pagamento para acesso aos SERVIÇOS. Estudantes: soma dos passageiros cujo custo da TARIFA ESCOLAR é suportado pelo CONCEDENTE, nos termos do art. 6º, §3º. da Lei Municipal [•];
- XXI. PLANO DE NEGÓCIOS: Significa o conjunto de informações, projeções e análises operacionais e econômico-financeiras a ser elaborado pela LICITANTE como suporte de sua PROPOSTA ECONÔMICA;
- XXII. CONCESSÃO: Significa a Concessão dos SERVIÇOS objeto deste EDITAL, que estão descritos no **Anexo II: Termo de Referência**;
- XXIII. CONCEDENTE: É o MUNICÍPIO de Itapoá;
- XXIV. CONCESSIONÁRIA: A pessoa jurídica contratada(s) pelo CONCEDENTE para executar os serviços objeto do contrato de CONCESSÃO;
- XXV. PODER PÚBLICO: Significa, para efeitos do EDITAL e do CONTRATO, quaisquer entes públicos integrantes da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, incluindo o CONCEDENTE;
- XXVI. PROPOSTA ECONÔMICA: Significa a proposta econômica a ser apresentada pelo LICITANTE nos termos do EDITAL;
- XXVII. RECEITAS ACESSÓRIAS: Significam quaisquer receitas alternativas, acessórias, complementares ou de projetos associados às receitas decorrentes da exploração dos SERVIÇOS, com exceção das RECEITAS FINANCEIRAS, a serem exploradas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO;
- XXVIII. RECEITAS FINANCEIRAS: Significam as receitas oriundas de aplicações financeiras pela CONCESSIONÁRIA, incluindo, mas não se limitando a juros, descontos recebidos, receitas de títulos vinculados ao mercado aberto, receitas sobre outros investimentos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, bem como as atualizações monetárias pré-fixadas, as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, dentre outras dessa natureza;
- XXIX. RECEITA TARIFÁRIA: Significa a receita a ser auferida pela CONCESSIONÁRIA, advinda de TARIFA PÚBLICA e de SUBSÍDIOS, no TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, e de TARIFA ESCOLAR no TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR, e que consiste na multiplicação da TARIFA DE REMUNERAÇÃO pelo número de PASSAGEIROS TRANSPORTADOS no TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO somado à multiplicação da TARIFA ESCOLAR pelo número de PASSAGEIROS TRANSPORTADOS no TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR;
- XXX. SAUSI ou SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO: Central de serviços a ser implantada, gerenciada e operada pela CONCESSIONÁRIA, para onde convergem todas as comunicações de USUÁRIOS, incluindo reclamações, sugestões, elogios, pedidos de informações, pedidos de providências etc.;
- XXXI. SERVIÇOS: Significa os serviços indicados no CONTRATO e no **Anexo II: Termo de Referência**;
- XXXII. SUBSÍDIO: É o valor pecuniário a ser pago pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA para complementar eventual diferença existente entre a TARIFA DE REMUNERAÇÃO e a TARIFA PÚBLICA.
- XXXIII. TARIFA ESCOLAR: É o valor pecuniário a ser pago pelo MUNICÍPIO ao CONCEDENTE, pela utilização, pelos ESTUDANTES, dos SERVIÇOS de TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR e que sempre representará 50% (cinquenta por cento) do valor da TARIFA DE REMUNERAÇÃO.
- XXXIV. TARIFA PÚBLICA: É o valor pecuniário a ser cobrado pela CONCESSIONÁRIA dos USUÁRIOS, pela utilização dos SERVIÇOS de TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO;
- XXXV. TARIFA DE REMUNERAÇÃO: É o valor pecuniário a ser pago à CONCESSIONÁRIA pela

prestação dos SERVIÇOS;

XXXVI. TRANSPORTE PÚBLICO: Significam os SERVIÇOS de TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO e os SERVIÇOS de TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR

XXXVII. TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO: Significam os SERVIÇOS de TRANSPORTE PÚBLICO de passageiros acessível a toda a população mediante pagamento individualizado, com itinerários e preços fixados pelo poder público;

XXXVIII. TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR: Significam os SERVIÇOS de TRANSPORTE PÚBLICO de ESTUDANTES especialmente desenvolvido para atendimento do deslocamento para os estabelecimentos de ensino localizados no Município, e que se destinam aos estudantes matriculados, desde a pré-escola até o segundo grau, em estabelecimentos de ensino das redes municipal, estadual e particular, localizados no MUNICIPIO

XXXIX. USUÁRIOS: Significa as pessoas que façam uso dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO;

XL. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: Significa o valor estimado pelo CONCEDENTE, conforme item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste EDITAL.

2. Objeto

2.1. O objeto da presente LICITAÇÃO é a outorga da CONCESSÃO ao LICITANTE que apresentar a proposta mais vantajosa, conforme os termos do EDITAL.

2.2. As características e especificações técnicas referentes ao objeto da CONCESSÃO estão indicadas nos **Anexo I: Minuta do Contrato** e **Anexo II: Termo de Referência**.

2.3. A execução da CONCESSÃO deverá obedecer ao disposto nas normas, padrões e procedimentos constantes da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, no presente EDITAL e em seus ANEXOS, bem como na documentação apresentada pelo ADJUDICATÁRIO.

3. Tipo de Licitação

3.1. Esta LICITAÇÃO será julgada pelo critério de MENOR VALOR DA TARIFA DE REMUNERAÇÃO, nos termos do artigo 15, inciso I, da LEI DE CONCESSÕES.

4. Valor Estimado do Contrato

4.1. O VALOR ESTIMADO DO CONTRATO é de R\$ [•] ([•]), na data base de [•] de 2015, e corresponde à estimativa dos investimentos previstos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA ao longo do prazo da Concessão, trazidos a Valor Presente, nos termos do **Anexo II: Termo de Referência**.

5. Prazo

5.1. O prazo de vigência do CONTRATO é de 15 (quinze) anos, contados da data de sua assinatura.

5.2. O prazo contratual poderá ser prorrogado para atender ao interesse público, observado o disposto no CONTRATO.

6. Visita Técnica

- 6.1. Os LICITANTES deverão efetuar visita técnica destinada à verificação das condições de operação dos SERVIÇOS.
- 6.2. A visita técnica tem por finalidade permitir aos LICITANTES avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da CONCESSÃO, formas e condições de suprimento, meios de acesso ao local e para a obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários à preparação das suas propostas, bem como para a implantação e operação dos SERVIÇOS.
- 6.3. O comparecimento dos LICITANTES na visita técnica é obrigatório, e a LICITANTE poderá realizar quantas visitas desejar, desde que a mesma seja previamente agendada junto à COMISSÃO DE LICITAÇÃO, mediante contato telefônico pelo telefone [●].
 - 6.3.1. A visita técnica obrigatória poderá ser realizada até o dia da entrega das propostas.
- 6.4. Ao final da primeira visita o CONCEDENTE fornecerá aos representantes dos LICITANTES o atestado de vistoria (ANEXO IV) que fará parte dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
 - 6.4.1. O representante do LICITANTE, para comprovar tal condição, deverá apresentar declaração emitida nos termos do modelo que consta do Anexo IV.
- 6.5. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO considerará que as propostas apresentadas foram elaboradas com perfeito conhecimento dos SERVIÇOS, não podendo a CONCESSIONÁRIA, em hipótese alguma, pleitear modificações nos preços, prazos, ou condições do CONTRATO, ou alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício, sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o objeto da LICITAÇÃO.

7. Condições de Participação

- 7.1. Poderão participar da presente LICITAÇÃO aqueles que satisfaçam plenamente todos os termos e condições deste EDITAL.
- 7.2. Não poderão participar desta LICITAÇÃO, direta ou indiretamente:
 - (i) Reunidas em consórcio;
 - (ii) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública da União, dos Estados e dos Municípios;
 - (iii) Suspensas do direito de participar em licitações ou impedidas de contratar com a Administração Pública de Itapoá;
 - (iv) Em processo de falência, de concordata ou em recuperação judicial ou extrajudicial;
 - (v) Cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores do MUNICÍPIO ou de suas sociedades paraestatais, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 120 (cento e vinte) dias anteriores a data de publicação do EDITAL;
 - (vi) Que se subsumam às hipóteses do art. 9º da LEI DE LICITAÇÕES;
 - (vii) Cooperativas e;
 - (viii) Que estejam interditas por crimes ambientais, nos termos do artigo 10 da Lei Federal 9.605/98.

7.3. Todas e quaisquer despesas e/ou custos incorridos pelos LICITANTES em razão da presente LICITAÇÃO correrão às suas expensas, sendo de sua exclusiva responsabilidade e risco, ficando o PODER PÚBLICO isento de qualquer responsabilidade ou ressarcimento, independentemente do resultado da LICITAÇÃO.

8. Garantia de Proposta

8.1. Cada LICITANTE deverá, para cobertura das obrigações previstas no presente EDITAL, e, nos termos do artigo 31, inciso III, da LEI DE LICITAÇÕES, prestar GARANTIA DE PROPOSTA, no valor de **[•] ([•])**, equivalente a 1% (um por cento) do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO, em qualquer uma das seguintes modalidades:

- (i) Caução em dinheiro, na moeda corrente do País;
- (ii) Títulos da dívida pública, devendo esses terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, não sujeitos a nenhum ônus ou gravames;
- (iii) Seguro-garantia; ou,
- (iv) Fiança bancária.

8.2. A GARANTIA DE PROPOSTA, na modalidade escolhida pela LICITANTE, deverá ser entregue no Envelope nº 01 – GARANTIA DE PROPOSTA observado que:

8.2.1. quando em caução em dinheiro, o LICITANTE deverá realizar o depósito conforme instruções do CONCEDENTE;

8.2.2. quando em títulos da dívida pública, deverá ser constituída caução bancária, expressa em documento original, dirigida ao CONCEDENTE, datada e assinada por instituição financeira custo diante dos títulos dados em garantia e da qual conste que:

- (i) O valor dos referidos títulos, claramente identificados, ficará caucionado em favor do CONCEDENTE como garantia do cumprimento das obrigações da LICITANTE, previstas no presente EDITAL; e,
- (ii) O CONCEDENTE poderá executar a caução nas condições previstas neste EDITAL;

8.2.3. No caso de fiança bancária, esta deverá (i) ser emitida por instituição financeira devidamente registrada junto ao Banco Central do Brasil; e, (ii) ter expressa renúncia da fiadora dos direitos previstos nos artigos 827, 835, 837, 838 e 839 da Lei 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), observado o modelo integrante no **Anexo IV: Modelos de Cartas e Declarações**;

8.2.4. Quando em seguro-garantia, deverá (i) ser emitida por seguradora devidamente registrada junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; (ii) ser apresentado o original da apólice ou cópia digital, devidamente certificada ou, ainda, sua segunda via emitida em favor do CONCEDENTE.

8.3. A GARANTIA DE PROPOSTA deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data designada para a entrega dos envelopes contendo a GARANTIA DE PROPOSTA, os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e a PROPOSTA ECONÔMICA, cabendo à LICITANTE comprovar, se necessário, sua renovação, por igual período, à COMISSÃO DE LICITAÇÃO, até 10 (dez) dias úteis antes do vencimento deste prazo.

8.3.1. Se a LICITANTE não comprovar a renovação da GARANTIA DE PROPOSTA no prazo fixado no item acima, será notificada pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO para fazê-lo no prazo de 5

(cinco) dias a partir do recebimento da notificação, sob pena de ser inabilitada da LICITAÇÃO.

- 8.4. Caso a LICITANTE incorra em uma das hipóteses abaixo previstas, sofrerá a penalidade de multa correspondente ao valor integral da GARANTIA DE PROPOSTA, a qual será executada para fins de recebimento de citada multa:
- (i) Se o LICITANTE retirar sua PROPOSTA ECONÔMICA durante seu período de validade;
 - (ii) Se o LICITANTE se recusar a assinar o CONTRATO, se for o ADJUDICATÁRIO;
 - (iii) Se o LICITANTE causar prejuízos para o CONCEDENTE durante a LICITAÇÃO; ou,
 - (iv) Se o LICITANTE não atender às exigências para assinatura do CONTRATO.
- 8.5. A GARANTIA DE PROPOSTA será liberada até 30 (trinta) dias após (i) a publicação do extrato do CONTRATO; (ii) a publicação da decisão que julgou o LICITANTE inabilitado ou desclassificado, desde que não tenha sido apresentado recurso ou tenha este sido julgado improcedente de forma definitiva; ou, (iii) da revogação ou anulação da LICITAÇÃO, conforme o caso.

9. Esclarecimentos à Licitação

- 9.1. Até 5 (cinco) dias úteis antes da data designada para a entrega dos envelopes, os LICITANTES poderão requerer esclarecimentos sobre o EDITAL ao presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, mediante o envio de correspondência eletrônica (e-mail), encaminhado ao endereço eletrônico [●] contendo o arquivo com as questões formuladas, em formato "Word".
- 9.2. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO responderá todos os pedidos de esclarecimento solicitados com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para a entrega dos envelopes e disponibilizará as respostas aos pedidos de esclarecimento a todas as LICITANTES, por meio de publicação no Diário Oficial, no sítio eletrônico [●], ou outra forma de comunicação pública.
- 9.3. As respostas aos pedidos de esclarecimento se tornarão parte integrante do EDITAL para todos os efeitos de direito.
- 9.4. Não sendo formulados pedidos de esclarecimentos sobre a LICITAÇÃO, pressupõe-se que os elementos fornecidos no EDITAL são suficientemente claros e precisos para todos os atos a se cumprirem no âmbito da LICITAÇÃO, não restando direito às LICITANTES para qualquer reclamação ulterior, dado que a participação na LICITAÇÃO implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste EDITAL e seus ANEXOS.

10. Impugnações ao Edital

- 10.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o EDITAL, devendo protocolizar a impugnação no protocolo da PMI, localizada na [●] – Itapoá, endereçando-a ao presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, em até 05 (cinco) dias úteis antes da data estipulada para entrega dos envelopes, conforme dispõe o artigo 41, §1º, da LEI DE LICITAÇÕES, devendo a COMISSÃO DE LICITAÇÃO julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.
- 10.2. Decairá do direito de impugnar o EDITAL o LICITANTE que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data de entrega dos envelopes, conforme dispõe o artigo 41, §2º, da LEI DE LICITAÇÕES.
- 10.3. A impugnação deverá ser instruída:
 - (i) Com cópia do documento de identidade do seu signatário, quando este for pessoa física; ou,
 - (ii) Com comprovação dos poderes de representação legal do signatário, quando apresentada por pessoa jurídica.

11. Regras Comuns aos Esclarecimentos e Impugnações

- 11.1. Em qualquer ocasião, até a data designada para a entrega dos envelopes, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO, a seu exclusivo critério, em consequência de esclarecimentos, impugnações ao EDITAL e/ou qualquer outro motivo de interesse público, poderá alterar o EDITAL.
- 11.2. Qualquer modificação no EDITAL exigirá divulgação pela mesma forma em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação dos envelopes, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a forma de apresentação da GARANTIA DE PROPOSTA e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, bem como a formulação da PROPOSTA ECONÔMICA, conforme dispõe o artigo 21, §4º, da LEI DE LICITAÇÕES.

12. Condições Gerais da Licitação

- 12.1. Esta LICITAÇÃO será processada e julgada por uma COMISSÃO DE LICITAÇÃO, conforme as regras gerais estabelecidas nos itens seguintes.
- 12.2. Na fase de julgamento das propostas, serão avaliadas as PROPOSTAS ECONÔMICAS apresentadas pelos LICITANTES cujas GARANTIAS DE PROPOSTA tenham sido apresentadas em conformidade com as exigências deste EDITAL.
 - 12.2.1. Os LICITANTES deverão formular suas PROPOSTAS ECONÔMICAS com base nos critérios definidos neste EDITAL e em seus ANEXOS.
- 12.3. A fase de habilitação consistirá na análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO do LICITANTE melhor classificado após o julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS, conforme os termos desse EDITAL e seus ANEXOS.
- 12.4. Será declarado vencedor o LICITANTE melhor classificado e que for habilitado após a análise dos seus DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
- 12.5. A intimação e a divulgação dos atos desta LICITAÇÃO serão feitas por publicação no Diário Oficial, no sítio eletrônico da [●] e em jornal de grande circulação, podendo também a COMISSÃO DE LICITAÇÃO fazê-lo por outros meios de comunicação (fax, internet, etc.).

- 12.6. Os LICITANTES devem examinar todas as disposições deste EDITAL e seus ANEXOS, implicando a apresentação de documentação e respectivas propostas na aceitação incondicional dos termos deste instrumento convocatório.
- 12.6.1. Após a entrega dos envelopes, não caberá ao LICITANTE desistir de sua proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO.
- 13. Regras Gerais de Apresentação da Garantia de Proposta, da Proposta Econômica e dos Documentos de Habilitação**
- 13.1. A GARANTIA DE PROPOSTA, a PROPOSTA ECONÔMICA e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados conforme segue:
- (i) A documentação deverá ser encadernada, rubricada e numerada sequencialmente e ainda conter, no início, um índice das matérias e das páginas correspondentes e, ao final, um termo de encerramento, de modo a refletir o número exato de páginas;
 - (ii) Todas as folhas deverão, ainda, estar rubricadas e assinadas na última página (termo de encerramento), pelo representante legal da LICITANTE; e,
 - (iii) Todos os documentos apresentados na presente LICITAÇÃO deverão ser entregues em língua portuguesa, datilografados ou impressos de forma legível.
- 13.2. É vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos envelopes, sem prejuízo do disposto na **Seção 21**.
- 13.3. As propostas e os documentos de habilitação exigidos nesta LICITAÇÃO deverão ser apresentados em 03 (três) envelopes opacos, fechados, indevassáveis, distintos e identificados da seguinte forma:

Envelope 1 – Garantia de Proposta

CONCORRÊNCIA Nº [•] /201[•] – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE ENVELOPE 1 – GARANTIA DE PROPOSTA

Envelope 2 – Proposta Econômica

CONCORRÊNCIA Nº [•] /201[•] – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE ENVELOPE 2 – PROPOSTA ECONÔMICA

Envelope 3 – Documentos de Habilitação

CONCORRÊNCIA Nº [•] /201[•] – [•] – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE ENVELOPE 3 – DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO
--

- 13.4. Quando da apresentação da GARANTIA DE PROPOSTA, da PROPOSTA ECONÔMICA e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, as LICITANTES expressam pleno conhecimento de que:
- (i) Respondem pela veracidade e autenticidade das informações constantes dos documentos que apresentarem;
 - (ii) Autorizam a COMISSÃO DE LICITAÇÃO a proceder, em qualquer fase da LICITAÇÃO, às diligências que entender necessárias destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo; e,
 - (iii) Conhecem as condições e as características dos SERVIÇOS.

14. Do Credenciamento

- 14.1. Os LICITANTES serão representados durante a LICITAÇÃO por representantes credenciados por meio de carta de credenciamento, nos moldes do **Anexo IV: Modelos de Cartas e Declarações** deste EDITAL, devidamente assinada, outorgando amplos poderes de decisão ao credenciado, inclusive para receber informações, ser notificado e desistir de recursos, observado que:
- (i) As cartas de credenciamento deverão conter firma reconhecida e estar acompanhadas dos documentos que comprovem a legitimidade da outorga dos poderes mencionados no item acima; e,
 - (ii) Caso o credenciado seja titular, sócio ou diretor da LICITANTE, deverá apresentar documento que comprove seus poderes para representá-la.
- 14.2. As cartas de credenciamento deverão ser exibidas à COMISSÃO DE LICITAÇÃO antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes, pelos próprios portadores, devidamente identificados por meio da apresentação de documento oficial com foto.
- 14.2.1. A carta de credenciamento será retida pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO para inclusão no processo administrativo.
- 14.3. A não apresentação ou a incorreção do(s) documento(s) para o credenciamento não inabilitará ou desclassificará a LICITANTE, mas impedirá o credenciado ou representante legal de se manifestar ou responder pela LICITANTE nas respectivas sessões, cabendo tão somente ao não credenciado o acompanhamento do desenvolvimento dos procedimentos, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos, conforme dispõe o artigo 4º da LEI DE LICITAÇÕES.

- 14.4. Para o bom andamento dos trabalhos, cada LICITANTE deverá indicar, no máximo, 02 (dois) representantes credenciados, nos termos desta Seção, que serão os únicos com poderes para se manifestar durante as sessões desta LICITAÇÃO.
- 14.5. Todas as manifestações cabíveis deverão ser feitas por escrito, sendo anexadas aos autos, vedada a réplica ou a tréplica oral durante as sessões, aplicando-se, no que couber, as disposições contidas na LEI DE LICITAÇÕES.

15. Da Garantia de Proposta– Envelope 1

- 15.1. A GARANTIA DE PROPOSTA, a ser apresentada na modalidade e forma previstas na Seção 8, deverá estar acompanhada, no caso de LICITANTE isolada, de cópia simples do registro comercial ou de seu contrato ou estatuto.

16. Proposta Econômica – Envelope 2

- 16.1. Caberá a cada LICITANTE realizar, por sua própria conta e risco, investigações, levantamentos e estudos, bem como desenvolver projetos para permitir a apresentação de sua PROPOSTA ECONÔMICA.
- 16.2. A PROPOSTA ECONÔMICA será apresentada no original, em uma única via, digitada em linguagem clara e objetiva, nos exatos termos do modelo constante do **Anexo III: Diretrizes para Elaboração da Proposta Econômica e do Plano de Negócios** do EDITAL, sem erros ou rasuras, devendo ser assinada pelo responsável legal da LICITANTE ou pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome desta.
- 16.3. A PROPOSTA ECONÔMICA da LICITANTE deverá conter o valor referente à TARIFA DE REMUNERAÇÃO proposta, que deve ser expresso em valores numéricos e por extenso, além das demais informações e declarações, na forma do modelo estabelecido no **Anexo III: Diretrizes para Elaboração da Proposta Econômica e do Plano de Negócios** do EDITAL.
 - 16.3.1. Ocorrendo divergência entre os valores numéricos e seus respectivos extensos, prevalecerão estes últimos.
 - 16.3.2. Os prazos, regras e procedimentos para recebimento da RECEITA TARIFÁRIA são os descritos no CONTRATO.
- 16.4. Na formulação de sua proposta econômica, a LICITANTE deverá também considerar:
 - 16.4.1. Que a CONCESSIONÁRIA será remunerada:
 - (i) Pela RECEITA TARIFÁRIA, que consistirá na somatória da TARIFA PÚBLICA com a TARIFA ESCOLAR e com os SUBSÍDIOS;
 - (ii) Pelas RECEITAS ACESSÓRIAS, de livre prospecção e obtenção pela CONCESSIONÁRIA;
 - 16.4.2. Os SUBSÍDIOS a serem pagos pela CONCEDENTE;
 - 16.4.3. Que a TARIFA ESCOLAR será paga pelo CONCEDENTE;
 - 16.4.4. Todos os investimentos tributos, custos e despesas, incluindo, mas não se limitando, às financeiras, necessárias para a exploração da CONCESSÃO;
 - 16.4.5. Os riscos a serem assumidos pela CONCESSIONÁRIA em virtude da exploração da CONCESSÃO;
 - 16.4.6. A estrutura dos financiamentos que o LICITANTE pretende utilizar para a execução dos investimentos ressalvada a faculdade de alteração desta estrutura no curso do CONTRATO;
 - 16.4.7. Que o valor da TARIFA PÚBLICA, na data base de [•], é de R\$ [•] ([•]) e será reajustada nos

termos previstos no CONTRATO;

16.4.8. Que o valor da TARIFA ESCOLAR será sempre 50% (cinquenta por cento) do valor da TARIFA DE REMUNERAÇÃO;

16.4.9. Os benefícios fiscais vigentes na data base da proposta.

16.5. Juntamente com a PROPOSTA ECONÔMICA, a LICITANTE deverá apresentar o PLANO DE NEGÓCIOS, que deverá ser elaborado de acordo com as diretrizes do **Anexo III: Diretrizes para Elaboração da Proposta Econômica e do Plano de Negócios**.

16.6. Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste EDITAL, nem de preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais LICITANTES.

16.7. O prazo de validade das PROPOSTAS ECONÔMICAS deverá ser de 90 (noventa) dias contados da data designada para entrega dos envelopes.

17. Documentos de Habilitação – Envelope 3

17.1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser entregues em uma única via original, ou cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

17.2. As LICITANTES estão obrigadas a satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto no artigo 27 da LEI DE LICITAÇÕES e no presente EDITAL.

17.3. As certidões exigidas para habilitação das LICITANTES emitidas sem indicação do prazo de validade serão consideradas válidas pelo prazo de 3 (três) meses, contados da data de sua emissão.

17.4. Serão admitidas certidões obtidas pela internet, desde que tenham sido emitidas por sítios eletrônicos oficiais e que o documento contenha a indicação do sítio eletrônico em que poderá ser verificada a autenticidade da informação.

17.4.1. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o LICITANTE será inabilitado.

17.5. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do LICITANTE.

17.6. **Habilitação Jurídica** - A habilitação jurídica da LICITANTE se comprovará mediante:

(i) Em se tratando de sociedades comerciais, apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social da LICITANTE que estiver em vigor, ou o respectivo instrumento de consolidação estatutária ou contratual em vigor com as posteriores alterações, se houver, devidamente registrados no órgão de registro do comércio do local de sua sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

(ii) Apresentação de Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

17.7. **Regularidade Fiscal e Trabalhista** - A regularidade fiscal da LICITANTE se comprovará mediante:

(i) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

(ii) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo à sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade ou, no caso de a

- LICITANTE não estar inscrita, comprovação desta situação;
- (iii) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão conjunta negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;
 - (iv) Prova de regularidade para com a Fazenda do Estado da sede da LICITANTE, mediante a apresentação da certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos de IPVA (Imposto sobre a propriedade de veículos automotores), ou, no caso de a LICITANTE não estar inscrita, comprovação desta situação;
 - (v) Prova de regularidade para com a Fazenda do Município da sede da LICITANTE, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos de ISS Imposto Sobre Serviços (ISS), relativo ao Município onde se encontra instalado a sua sede;
 - (vi) Prova de regularidade para com o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, mediante a apresentação de certidão negativa de débito, ou positiva com efeito de negativa, emitida pelo INSS;
 - (vii) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de certidão de regularidade, ou positiva com efeito de negativa, emitida pela Caixa Econômica Federal;
 - (viii) Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa, ou positiva com efeito de negativa, relativa a Débitos Trabalhistas – CNDT.

17.8. **Qualificação Técnica** - A demonstração da qualificação técnica da LICITANTE consistirá na apresentação do seguinte:

- (i) Atestado(s) comprobatório(s) de execução de serviço de transporte, emitido por pessoa jurídica de público ou privado comprovando a experiência anterior da LICITANTE em atividade compatível e pertinente com o objeto licitado, em características, quantidades e prazos, observando-se o disposto a seguir:
 - (a) Para fins de determinação de características considera-se compatível a experiência anterior em qualquer atividade de transporte coletivo de passageiros em serviço público municipal, intermunicipal, interestadual ou internacional ou em serviço privado autorizado de fretamento contínuo;
 - (b) Para fins de determinação de quantidades, considera-se compatível a experiência anterior de serviços prestados em conformidade com os seguintes quantitativos: Média mensal de 16.440 (dezesesseis mil, quatrocentos e quarenta) quilômetros percorridos, em um período contínuo de 12 (doze) meses, com uma quantidade média de 6 (seis) veículos;
 - (c) Admitir-se-á a somatória de atestados para fins de comprovação do quantitativo exigido, desde que os atestados tenham coincidência de período de operação;
 - (d) O atestado deverá ser firmado por pessoa que efetivamente responda civilmente pela empresa declarante, ou, no caso de PODER PÚBLICO, pelo responsável legal pelos serviços, devendo o signatário estar claramente identificado (nome e função);
 - (e) O atestado de qualificação técnica operacional deverá conter, necessariamente, informações que atendam o contido no objeto do presente edital, constando no mínimo as seguintes informações:
 1. Local da prestação do serviço.
 2. Tipo de serviço.

3. Quantitativo da frota operante na prestação do serviço (quantidade), para cada mês de operação.
 4. Quantidade de viagens realizadas com passageiros a bordo, contados em cada sentido, para cada mês de operação.
 5. Prazo pelo qual a LICITANTE presta ou prestou os serviços.
- (ii) Apresentação do ATESTADO DE VISITA, documento que comprova que a LICITANTE detém pleno conhecimento das condições das localidades onde serão desenvolvidos os serviços e das atividades objeto da licitação, emitido em conformidade com o modelo constante do **Anexo IV: Modelos de Cartas e Declarações** deste EDITAL.
- 17.9. **Qualificação Econômico Financeira** - Os documentos relativos à qualificação econômico-financeira da LICITANTE serão constituídos por:
- (i) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social que comprove situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação dos envelopes.
 - (a) O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício deverão ser apresentados mediante cópia extraída do Livro Diário, acompanhados dos respectivos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial competente, ou mediante cópia das Demonstrações devidamente arquivadas na Junta Comercial competente, salvo na hipótese do item seguinte;
 - (b) O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, no caso de pessoas jurídicas enquadradas no SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), deverão ser apresentados através das demonstrações digitais, devidamente autenticados, acompanhados da comprovação da entrega dos arquivos magnéticos perante a Receita Federal.
 - (c) Quando se tratar de sociedade anônima de capital aberto, a documentação referente ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social deve ser acompanhada das publicações exigidas por Lei.
 - (ii) Valor do Patrimônio Líquido equivalente a, no mínimo, R\$ [•] ([•]), correspondente a 10% (dez por cento) do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO, cuja comprovação será feita por meio do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei;
 - (iii) Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da LICITANTE;
- 17.10. **Declarações** - Os Licitantes devem apresentar as seguintes declarações, em conformidade com os modelos estabelecidos no **Anexo IV: Modelos de Cartas e Declarações**:
- (i) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo apresentado no anexo do Decreto Federal nº 4.358, de 05/09/2002, que regulamentou a Lei Federal nº 9.854, de 27/10/1999;
 - (ii) Declaração expressa do licitante, sob as penas cabíveis, de que não existem quaisquer fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação;
 - (iii) Declaração de que se compromete, sob as penas da Lei, a atender a toda a legislação vigente (no âmbito federal, estadual e municipal) durante a vigência contratual, no que

- tange ao objeto da LICITAÇÃO;
- (iv) Declaração da LICITANTE de que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações decorrentes da LICITAÇÃO;
 - (v) Declaração de inexistência de impedimentos;
 - (vi) Compromisso de disponibilidade de garagem;
 - (vii) Compromisso de disponibilidade de recursos humanos e materiais.

18. Abertura, Exame e Análise das Garantias de Proposta

- 18.1. No dia, local e hora indicados no Preâmbulo deste EDITAL, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO, em sessão pública, proclamará recebidos os envelopes das LICITANTES que tenham sido apresentados nos termos estabelecidos no **Preâmbulo** do EDITAL.
- 18.2. No início da sessão será realizado o credenciamento dos interessados em representar os LICITANTES durante a LICITAÇÃO, nos termos estabelecidos no item **14** do EDITAL.
- 18.3. Em seguida, serão rubricados, ainda fechados, todos os envelopes das LICITANTES, pelos membros da COMISSÃO DE LICITAÇÃO e pelos representantes das LICITANTES presentes.
- 18.4. Sequencialmente, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO promoverá a abertura dos Envelopes nº 01 contendo as GARANTIAS DE PROPOSTA, quando então será verificado o atendimento ao disposto item **8** deste EDITAL.
- 18.5. A decisão de aceitação das GARANTIAS DE PROPOSTA apresentadas será proferida na sessão pública, e, na hipótese de todas as GARANTIAS DE PROPOSTA serem aceitas e todos as LICITANTES desistirem do direito de recurso, a sessão pública terá continuidade, com a abertura do Envelope nº 02 contendo as PROPOSTAS ECONÔMICAS.
- 18.6. Na hipótese de qualquer das GARANTIAS DE PROPOSTA apresentadas não ser aceita pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, a sessão será suspensa, respeitando-se o prazo para interposição e julgamento de recurso, salvo se todas as LICITANTES tiverem manifestado expressamente a sua renúncia ao direito de recurso.
- 18.7. Analisados os recursos ou decorrido o prazo para interposição de recursos pelas LICITANTES, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO divulgará o resultado da análise das GARANTIAS DE PROPOSTA, mediante aviso publicado, uma única vez, na imprensa oficial, onde constará, também, o dia, hora e local para abertura do Envelope nº 02 contendo as PROPOSTAS ECONÔMICAS.

19. Abertura, Exame e Julgamento das Propostas Econômicas – Envelope 2

- 19.1. Na data prevista, conforme item 18.7 acima, será aberto o Envelope nº 02, contendo as PROPOSTAS ECONÔMICAS das LICITANTES que tiveram suas GARANTIAS DE PROPOSTA aceitas, rubricando-se os documentos neles contidos e procedendo-se ao seu exame pelos membros da COMISSÃO DE LICITAÇÃO e pelos representantes das LICITANTES presentes.
- 19.2. Serão desclassificadas as PROPOSTAS ECONÔMICAS:
 - (i) Apresentadas em desacordo com o modelo contido no **Anexo III: Diretrizes para Elaboração da Proposta Econômica e do Plano de Negócios** ou que não contiverem todos os documentos exigidos pelo EDITAL;
 - (ii) Que contiverem rasura, borrão, entrelinha ou linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado;

- (iii) Que contiverem emendas, ressalvas ou omissões;
 - (iv) Que impliquem oferta submetida a condição ou termo não previstos neste EDITAL;
 - (v) Que não estiverem totalmente expressas em R\$ (reais);
 - (vi) Que não estiverem redigidas em língua portuguesa;
 - (vii) Que não considerarem todos os tributos incidentes sobre o objeto da LICITAÇÃO, na forma da legislação vigente;
 - (viii) Que considerarem qualquer benefício fiscal que possa vir a ser conferido à CONCESSIONÁRIA, no âmbito da União, do Estado e do Município, durante o prazo da CONCESSÃO, sem que efetivamente exista no momento da LICITAÇÃO;
 - (ix) Cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada;
 - (x) Que sejam inexecutáveis, assim consideradas: (1) aquelas que não apresentem coerência lógica com o PLANO DE NEGÓCIOS apresentado; (2) aquelas que incidam nas hipóteses do art. 48 da LEI DE LICITAÇÕES; (3) aquelas que apresentem valor presente líquido negativo à taxa de desconto proposta pela LICITANTE, sendo vedada a utilização de Taxa de Desconto proposta inferior à rentabilidade de face de um título da dívida pública federal indexado ao IPCA de prazo igual ou superior que contemple o pagamento de cupons semestrais;
 - (xi) Que ofereçam valor de TARIFA DE REMUNERAÇÃO superior a R\$ [•]; ou,
 - (xii) Que contiverem outros vícios capazes de comprometer a sua validade.
- 19.3. Analisadas as PROPOSTAS ECONÔMICAS, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO as classificará em ordem decrescente de valor proposto, ficando classificada em primeiro lugar a LICITANTE cuja PROPOSTA ECONÔMICA apresentar o menor valor de TARIFA DE REMUNERAÇÃO.
- 19.4. Em caso de empate entre duas ou mais PROPOSTAS ECONÔMICAS, a classificação far-se-á por meio de sorteio realizado na mesma sessão, após a aplicação das regras indicadas no artigo 3º, da LEI DE LICITAÇÕES.
- 19.5. Se as demais LICITANTES, por seus representantes presentes, concordarem com a classificação divulgada e desistirem do direito de recurso, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá, a seu critério, dar continuidade à LICITAÇÃO com a abertura do Envelope nº 03 da LICITANTE classificada em primeiro lugar; caso contrário, a sessão será encerrada e aberto o prazo de recursos.
- 19.6. Analisados os recursos apresentados ou decorrido o prazo sem a apresentação de recursos pelas LICITANTES, o resultado do julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS será divulgado, mediante aviso publicado, uma única vez, na imprensa oficial, onde constará, também, o dia, hora e local para abertura do Envelope nº 03 e análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE classificada em primeiro lugar.
- 19.7. Todos os atos praticados na sessão de julgamento serão lavrados em ata assinada pelas LICITANTES presentes e pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

20. Abertura, Exame e Análise dos Documentos de Habilitação – Envelope 3

- 20.1. Na data prevista, conforme item 19.6 acima, será aberto o Envelope nº 03, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE classificada em primeiro lugar, a fim de verificar o cumprimento das exigências de habilitação contidas neste EDITAL.
- 20.2. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE serão rubricados pelos membros da COMISSÃO DE LICITAÇÃO e pelos representantes das LICITANTES presentes.
- 20.3. Pronunciado o resultado, as LICITANTES poderão recorrer da decisão da COMISSÃO DE LICITAÇÃO no prazo legal.
- 20.4. Em caso de não interposição de recursos ou após o julgamento dos recursos eventualmente apresentados pelas LICITANTES, será declarada a vencedora, com a consequente homologação do objeto da LICITAÇÃO, adjudicando-se o seu objeto à LICITANTE vencedora.
- 20.5. Na hipótese de a LICITANTE classificada em primeiro lugar ser inabilitada, serão analisados os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE cuja PROPOSTA ECONÔMICA tenha sido classificada em segundo lugar, e assim, sucessivamente, até que uma LICITANTE classificada atenda às condições fixadas no presente EDITAL.
- 20.6. O resultado da LICITAÇÃO será divulgado mediante aviso publicado, uma única vez, na imprensa oficial.
- 20.7. Se todos os LICITANTES forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas ou desqualificadas, o CONCEDENTE, a seu critério, poderá fixar prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ou propostas, conforme disposto no artigo 48, § 3º da LEI DE LICITAÇÕES.

21. Diligências, Esclarecimentos Complementares e Saneamento de Falhas

- 21.1. Eventuais falhas ou defeitos formais nos documentos apresentados pelos LICITANTES, referentes à GARANTIA DE PROPOSTA, à PROPOSTA ECONÔMICA ou aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, poderão ser relevados ou sanados, a juízo da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, mesmo que para tanto seja necessária a realização de diligência.
 - (i) Considera-se com falha ou defeito formal aquele que (1) não desnature o objeto do documento apresentado, e que (2) permita aferir, com a devida segurança ou mediante diligência, a informação constante do documento.
- 21.2. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá, em qualquer fase da LICITAÇÃO, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução da LICITAÇÃO, nos termos do artigo 43, § 3º, da LEI DE LICITAÇÕES.
- 21.3. Os LICITANTES deverão cumprir as exigências formuladas pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, que poderá ser prorrogado uma única vez, a exclusivo critério da comissão, caso haja justificativa.

22. Recursos Administrativos

- 22.1. Das decisões da COMISSÃO DE LICITAÇÃO caberá recurso, nos termos do artigo 109 da LEI DE LICITAÇÕES, a ser protocolizado no protocolo da [•], no endereço [•] de segunda a sexta-feira, das [•] às [•] h, não sendo aceitos recursos enviados pela internet, via e-mail ou por fac-símile.
 - 22.1.1. A interposição de recurso será comunicada às demais LICITANTES, que poderão impugnar o recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

- 22.2. O recurso será dirigido a COMISSÃO DE LICITAÇÃO, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir para a autoridade competente, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- 22.3. Nenhum prazo de recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista aberta à LICITANTE interessada.
- 22.4. Os recursos deverão observar os seguintes requisitos:
- (i) Ser devidamente fundamentados;
 - (ii) Ser assinados por representante legal ou procurador com poderes suficientes para praticar o ato;
 - (iii) Ser protocolados junto à Comissão de Licitação; e
 - (iv) Não será admitida a apresentação de documentos ou informações que já deveriam ter sido apresentados nos envelopes 1, 2 e 3 e cuja omissão não tenha sido suprida na forma estabelecida neste EDITAL.
- 22.5. Os recursos interpostos fora do prazo ou em local diferente do indicado não serão conhecidos.
- 22.6. Os recursos contra os atos decisórios terão efeito suspensivo obrigatório.
- 22.7. O acolhimento dos recursos interpostos importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

23. Da Homologação e Adjudicação

- 23.1. O OBJETO será adjudicado ao LICITANTE habilitado classificado em primeiro lugar pelas autoridades responsáveis pela homologação do processo.
- 23.2. Na eventualidade de o OBJETO não vir a ser contratado por desinteresse do LICITANTE vencedor ou pelo não comparecimento para assinatura do CONTRATO, o CONCEDENTE poderá adjudicar o objeto ao LICITANTE detentor da PROPOSTA classificada em segundo lugar, nas mesmas condições oferecidas pelo LICITANTE vencedor, desde que a decisão seja devidamente justificada.
- 23.3. Se houver mais de uma recusa, poder-se-á adotar procedimento idêntico para os demais LICITANTES classificados.
- 23.4. Proclamado o resultado final da LICITAÇÃO, o OBJETO será adjudicado ao LICITANTE nas condições por ele ofertadas.

24. Convocação para a Celebração do Contrato

- 24.1. Adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, a LICITANTE vencedora será convocada para, no prazo de até 30 (trinta) dias, cumprir as formalidades necessárias, descritas nos itens seguintes, e fazer com que a CONCESSIONÁRIA celebre o CONTRATO, sob pena de decair de seu direito à contratação, sem prejuízo da perda da GARANTIA DE PROPOSTA e da aplicação das penalidades previstas no artigo 81 da LEI DE LICITAÇÕES.
- 24.2. O prazo para a assinatura do CONTRATO poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela LICITANTE vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO.
- 24.3. É facultado ao CONCEDENTE, quando a CONCESSIONÁRIA não se apresentar para assinar o CONTRATO no prazo e nas condições estabelecidas acima, convocar as LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para a abertura dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, nas condições da PROPOSTA ECONÔMICA do primeiro colocado.

25. Garantia de Execução do Contrato

- 25.1. Para garantir o fiel cumprimento das obrigações que serão assumidas pela PERMISSIONÁRIA quando da assinatura do CONTRATO, no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes da assinatura do CONTRATO, a PERMISSIONÁRIA deverá apresentar ao PERMITENTE o comprovante de que prestou a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, equivalente a 3% (três por cento) do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO.
- 25.2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO será prestada de acordo com as regras previstas no CONTRATO.
- 25.3. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO não poderá conter qualquer tipo de ressalva ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução ou que possam deixar dúvidas quanto à firmeza da garantia oferecida.
- 25.4. Todas as despesas decorrentes da prestação da GARANTIA DE EXECUÇÃO correrão por conta da CONCESSIONÁRIA
- 25.5. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será reajustada periodicamente, na forma do CONTRATO.

26. Sanções Administrativas

- 26.1. A recusa do ADJUDICATÁRIO em assinar o CONTRATO dentro do prazo estabelecido pelo CONCEDENTE permitirá a aplicação de multa que será executada em favor do CONCEDENTE.
- 26.2. Constitui ilícito administrativo todo descumprimento de dever legal ou infração grave de regra prevista neste EDITAL, notadamente:
 - (i) Impedir, frustrar ou fraudar o procedimento licitatório, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem;
 - (ii) Devassar o sigilo de proposta apresentada no procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo;
 - (iii) Afastar LICITANTE, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de

- vantagem de qualquer tipo;
- (iv) Desistir de licitar, em razão de vantagem oferecida;
 - (v) Apresentar declaração ou qualquer outro documento falso, visando ao cadastramento, à atualização cadastral ou à participação no procedimento licitatório; ou,
 - (vi) Utilizar-se de documento falso com vistas a participar da presente LICITAÇÃO.
- 26.3. À LICITANTE que incorrer nas faltas previstas neste EDITAL, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, as seguintes sanções, sem prejuízo daquelas de natureza civil ou penal:
- (i) Advertência;
 - (ii) Multa, proporcional à gravidade da falta, cujo valor máximo corresponderá ao valor da GARANTIA DE PROPOSTA oferecida;
 - (iii) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não excedente a 02 (dois) anos; e,
 - (iv) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante o CONCEDENTE.
- 26.4. A remuneração da CONCESSIONÁRIA será composta pela RECEITA TARIFÁRIA e RECEITAS ACESSÓRIAS, conforme previstas no CONTRATO.
- 26.5. Os valores das TARIFAS serão reajustados na periodicidade e forma previstas no CONTRATO.
- 26.6. As condições do CONTRATO serão revistas, nos casos previstos na minuta do CONTRATO, mantendo-se sempre o seu equilíbrio econômico-financeiro. O procedimento e a forma de revisão do CONTRATO estão previstos no seu respectivo instrumento.
- 26.7. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a contratar, às suas expensas, junto à seguradora de sua livre escolha, os seguros previstos no CONTRATO.
- 26.8. Qualquer disputa ou controvérsia relativa ao CONTRATO, que não se sujeita a solução pelos meios alternativos de solução de conflito previstos no CONTRATO, será resolvida no Foro da Comarca de Itapoá, Estado de Santa Catarina.

27. Disposições Finais

- 27.1. As comunicações dos atos mencionadas neste EDITAL, no que se refere, especialmente, ao procedimento da LICITAÇÃO, serão feitas pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, mediante publicação na imprensa oficial e disponibilizadas no sítio eletrônico [•].
- 27.2. Na contagem dos prazos a que alude este EDITAL, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o dia de vencimento, sendo considerados os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 27.3. Só se iniciam e vencem os prazos nos dias de expediente no CONCEDENTE.
- 27.4. As dúvidas surgidas na aplicação deste EDITAL, bem como os casos omissos, serão resolvidos pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, respeitada a legislação pertinente.
- 27.5. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá proceder a inspeções, determinar diligências a qualquer tempo, bem como se valer de assessoria técnica, para, se for o caso, esclarecer dúvidas e conferir informações e registros oferecidos pelas LICITANTES.
- 27.6. Os termos dispostos neste EDITAL, bem como as cláusulas e condições do CONTRATO e as constantes dos demais anexos complementam-se entre si, reportando um documento ao outro em caso de dúvidas ou omissões, devendo ser respeitadas as regras de interpretação previstas no CONTRATO.
- 27.7. A LICITAÇÃO a que se refere este EDITAL poderá ser adiada, revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulada por decorrência de ilegalidade, sem que caiba às LICITANTES qualquer tipo de indenização por estes motivos, de acordo com o artigo 49 da LEI DE LICITAÇÕES.
- 27.8. O LICITANTE arcará com todos os custos relacionados com a preparação apresentação de sua documentação e propostas, não se responsabilizando o CONCEDENTE, em nenhuma hipótese, por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na LICITAÇÃO ou os resultados desta.
- 27.9. O CONCEDENTE promoverá a publicação do extrato do CONTRATO no Diário Oficial no prazo de 20 (vinte) dias contados da sua assinatura, às expensas da CONCESSIONÁRIA.
- 27.10. Nenhuma indenização será devida aos LICITANTES pela elaboração e apresentação da documentação de que trata o presente EDITAL.
- 27.11. Qualquer modificação no EDITAL exigirá divulgação pela mesma forma de que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a retificação não alterar a formulação das propostas.
- 27.12. Em caso de divergência entre as regras do EDITAL e os ANEXOS, prevalecerá o disposto no EDITAL.

28. Documentos Integrantes do Edital

- 28.1. Integram o presente EDITAL, como partes indissociáveis, os seguintes ANEXOS:

Anexo I: Minuta do Contrato

Anexo II: Termo de Referência

Anexo III: Diretrizes para Elaboração da Proposta Econômica e do Plano de Negócios

Anexo IV: Modelos de Cartas e Declarações

Itapoá, [•] de [•] de 2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
Autoridade Responsável

Anexo I: Minuta do Contrato**CONTRATO DE CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITAPOÁ E A [●]**

Por este instrumento, as Partes abaixo qualificadas:

De um lado,

(1) MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. [●], com paço municipal na [●], neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr., (doravante **CONCEDENTE**).

De outro,

(2) [CONCESSIONÁRIA], pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de [●], na [●], inscrita no CNPJ sob o nº. [●], neste ato representada pelo seu [●], (doravante **CONCESSIONÁRIA**).

CONSIDERANDO QUE:

- (i)** o **CONCEDENTE** realizou LICITAÇÃO, na modalidade concorrência, conforme o EDITAL [●]/[●] para a prestação dos serviços de TRANSPORTE PÚBLICO no Município de ITAPOÁ;
- (ii)** a **CONCESSIONÁRIA** foi declarada vencedora da LICITAÇÃO; e,
- (iii)** a **LICITAÇÃO** foi homologada pela autoridade competente e o seu objeto foi adjudicado à **CONCESSIONÁRIA**

As Partes resolvem, de comum acordo, firmar o presente CONTRATO, o qual será regido pelas condições a seguir:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS**1. Base Legal**

1.1. Legislação Aplicável. Este CONTRATO é regido por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente CONTRATO, especialmente as Leis Municipais [●] e [●], a LEI DE CONCESSÕES, a LEI DE MOBILIDADE URBANA e, subsidiariamente, pela LEI DE LICITAÇÕES e demais normas que regem a matéria, pelas regras constantes do EDITAL, pela proposta da **CONCESSIONÁRIA** e pelas disposições deste CONTRATO.

1.1.1. A **CONCESSIONÁRIA** declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, ao sistema de penalidades previsto nesse instrumento e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento ou nos seus ANEXOS.

1.2. Direito Aplicável. Este CONTRATO é regulado pelas suas disposições e pelos preceitos de Direito Público, sendo-lhe aplicáveis, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1.3. Regime Jurídico. O regime jurídico deste CONTRATO confere ao **CONCEDENTE** a prerrogativa de:

- (i) alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da **CONCESSIONÁRIA**;
- (ii) rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados na legislação;
- (iii) fiscalizar a execução; e,
- (iv) aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total, respeitado os princípios do contraditório, ampla defesa, devido processo legal, proporcionalidade e razoabilidade.

1.4. Preservação do Equilíbrio Econômico-Financeiro. Sempre que forem atendidas as condições do CONTRATO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

2. Interpretação e Termos Definidos

2.1. Regras Básicas de Interpretação. Em caso de divergência entre as normas previstas na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, no EDITAL, neste CONTRATO e seus ANEXOS, prevalecerá o seguinte:

- (i) Em primeiro lugar, as normas legais;
- (ii) Em segundo lugar, as normas do corpo do EDITAL;
- (iii) Em terceiro lugar, as normas do CONTRATO; e,
- (iv) Em quarto lugar, as normas dos ANEXOS do CONTRATO.

2.1.1. Em caso de divergência entre os ANEXOS, prevalecerão os elaborados pelo **CONCEDENTE**.

2.1.2. As referências aos Itens, subitens e ANEXOS, salvo disposição em contrário, devem ser entendidos como referências aos Itens, subitens e ANEXOS deste CONTRATO.

2.1.3. Os títulos atribuídos aos itens e subitens servem apenas como referência e não devem ser considerados para efeitos de interpretação das disposições contidas nos correspondentes itens e subitens.

2.2. Termos Definidos. Os termos e expressões listados nesse subitem, sempre que grafados com letra maiúscula, terão o significado aqui atribuído, sem prejuízo de outros termos e expressões definidos nos ANEXOS ao presente CONTRATO ou, ainda, na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

2.2.1. Os termos e expressões definidos manterão seu significado independentemente do seu uso no singular ou no plural, ou no gênero masculino ou feminino, conforme o caso.

“ANEXOS”	Significam cada um dos documentos Anexos ao presente CONTRATO;
“BENS REVERSÍVEIS”	São os equipamentos e outros bens, direitos e privilégios vinculados ao SERVIÇO, que serão transferidos ao CONCEDENTE com a extinção da CONCESSÃO.
“CONCESSÃO”	Significa a CONCESSÃO dos SERVIÇOS objeto do CONTRATO;
“CONCEDENTE”	É o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público interno;
“CONCESSIONÁRIA”	A pessoa jurídica contratada pelo CONCEDENTE para executar os serviços objeto do contrato de CONCESSÃO;
“CONTRATO”	Este CONTRATO de CONCESSÃO ;
“CONTRATO DE	Significa cada um dos contratos, escrituras públicas de emissão de valores mobiliários, títulos de crédito ou outros instrumentos

“FINANCIAMENTO”	equivalentes por meio dos quais são outorgados financiamentos, na forma de dívida, à CONCESSIONÁRIA , para financiamento das suas obrigações no âmbito do presente CONTRATO;
“DATA DA PROPOSTA”	Data de apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA, nos termos do EDITAL DE LICITAÇÃO;
“EDITAL DE LICITAÇÃO” ou “EDITAL”	O edital e os ANEXOS da Concorrência Pública n. [●], por meio do qual a presente CONCESSÃO foi outorgada à CONCESSIONÁRIA ;
“ESTUDANTE”	Significa os matriculados, desde a pré-escola até o segundo grau, em estabelecimentos de ensino das redes municipal, estadual e particular, localizados no MUNICÍPIO;
“FINANCIADOR”	Significa cada um dos bancos, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam FINANCIAMENTO à CONCESSIONÁRIA , ou representem as partes credoras;
“FINANCIAMENTO”	Significa cada um dos financiamentos, na forma de dívida, concedidos à CONCESSIONÁRIA para financiamento das suas obrigações no âmbito do presente CONTRATO;
“GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO”	Significa a garantia prestada pela CONCESSIONÁRIA em favor do CONCEDENTE em garantia das obrigações assumidas neste CONTRATO;
“INDICADORES DE DESEMPENHO”	Os critérios objetivos de avaliação da qualidade dos SERVIÇOS;
“LEGISLAÇÃO APLICÁVEL”	Significa a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina, a Lei Orgânica do Município de ITAPOÁ, as leis federais, estaduais e municipais, as normas infra legais e as demais normas aplicáveis, conforme vigentes, ao CONCEDENTE , à CONCESSIONÁRIA , à CONCESSÃO ou as matérias tratadas no CONTRATO, conforme o caso;
“LEI DE CONCESSÕES”	Significa a Lei Federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
“LEI DE LICITAÇÕES”	Significa a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993;
“LEI DE MOBILIDADE URBANA”	Significa a Lei Federal 12.587, de 03 de janeiro de 2012;
“LICITAÇÃO”	O procedimento administrativo da Concorrência n. [●], que teve por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa com vistas à outorga da CONCESSÃO objeto deste CONTRATO;
“MUNICÍPIO”	É o município de Itapoá; pessoa jurídica de direito público interno;

OPERAÇÃO PLENA	Significa a Operação que se inicia imediatamente após o encerramento do prazo de OPERAÇÃO TRANSITÓRIA dos serviços e se estende até o encerramento do CONTRATO, na qual deverão ser atendidos integralmente os parâmetros operacionais e econômico-financeiros previstos no ANEXO II .
OPERAÇÃO TRANSITÓRIA	Significa a Operação que se inicia no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura do CONTRATO e termina com o início da OPERAÇÃO PLENA. Os parâmetros operacionais e econômico-financeiros da OPERAÇÃO TRANSITÓRIA estão estabelecidos no ANEXO II .
“PARTES”	São o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA ;
“PASSAGEIRO EQUIVALENTE”	Total de PAGANTES multiplicado pela TARIFA DE REMUNERAÇÃO somado ao total de ESTUDANTES multiplicado pela TARIFA ESCOLAR;
“PASSAGEIRO TRANSPORTADO”	A soma do total de PAGANTES, GRATUITOS E ESTUDANTES. PAGANTES: soma de todos os usuários que efetivamente pagam pelos SERVIÇOS. GRATUITOS: passageiros beneficiados, por ato do PODER PÚBLICO, com isenção do pagamento para acesso aos SERVIÇOS. ESTUDANTES: soma dos passageiros cujo custo da TARIFA ESCOLAR é suportado pelo CONCEDENTE, nos termos do art. [•], §3º da Lei Municipal [•];
“PLANO DE NEGÓCIOS”	Significa o conjunto de informações, projeções e análises operacionais e econômico-financeiras apresentado pelo LICITANTE na LICITAÇÃO como suporte de sua PROPOSTA ECONÔMICA;
“PODER PÚBLICO”	Significa, para efeitos deste CONTRATO, quaisquer entes públicos integrantes da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, incluindo o CONCEDENTE ;
“PROPOSTA ECONÔMICA”	Significa a proposta econômica apresentada pelo ADJUDICATÁRIO nos termos do EDITAL e que serviu de base para a outorga do presente CONTRATO à CONCESSIONÁRIA ;
“RECEITAS ACESSÓRIAS”	Significam quaisquer receitas alternativas, acessórias, complementares ou de projetos associados às receitas decorrentes da exploração dos SERVIÇOS;
“RECEITAS FINANCEIRAS”	Significam as receitas oriundas de aplicações financeiras pela CONCESSIONÁRIA , incluindo, mas não se limitando a juros, descontos recebidos, receitas de títulos vinculados ao mercado aberto, receitas sobre outros investimentos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, bem como as atualizações monetárias pré-fixadas, as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, dentre outras dessa natureza;

“RECEITA TARIFÁRIA”	Significa a receita a ser auferida pela CONCESSIONÁRIA, advinda de TARIFA PÚBLICA e de SUBSÍDIOS, no TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, e de TARIFA ESCOLAR no TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR, e que consiste na multiplicação da TARIFA DE REMUNERAÇÃO pelo número de PASSAGEIROS TRANSPORTADOS no TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO somado à multiplicação da TARIFA ESCOLAR pelo número de PASSAGEIROS TRANSPORTADOS no TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR;
“SAUSI” ou “SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO”	Central de serviços a ser implantada, gerenciada e operada pela CONCESSIONÁRIA , para onde convergem todas as comunicações de USUÁRIOS, incluindo reclamações, sugestões, elogios, pedidos de informações, pedidos de providências, etc;
“SERVIÇOS”	Significa os serviços indicados no CONTRATO e no ANEXO II do EDITAL;
“SUBSÍDIO”	É o valor pecuniário a ser pago pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA para complementar eventual diferença existente entre a TARIFA DE REMUNERAÇÃO e a TARIFA PÚBLICA;
TARIFA ESCOLAR	É o valor pecuniário a ser pago pelo MUNICÍPIO à CONCESSIONÁRIA , pela utilização, pelos ESTUDANTES, dos SERVIÇOS de TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR e que sempre representará 50% (cinquenta por cento) do valor da TARIFA DE REMUNERAÇÃO, nos termos do art. [•], §5º da Lei Municipal [•];
“TARIFA PÚBLICA”	É o valor pecuniário a ser cobrado pela CONCESSIONÁRIA dos USUÁRIOS, pela utilização dos SERVIÇOS de TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO;
“TARIFA DE REMUNERAÇÃO”	É o valor pecuniário a ser pago à CONCESSIONÁRIA pela prestação dos SERVIÇOS de TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, cujo valor é resultado do processo licitatório;
TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	Significam os SERVIÇOS de TRANSPORTE PÚBLICO de passageiros acessível a toda a população mediante pagamento individual, com itinerários e preços fixados pelo poder público;
TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR	Significam os SERVIÇOS de TRANSPORTE PÚBLICO de ESTUDANTES especialmente desenvolvido para atendimento do deslocamento para os estabelecimentos de ensino localizados no Município, e que se destinam aos estudantes matriculados, desde a pré-escola até o segundo grau, em estabelecimentos de ensino das redes municipal, estadual e particular, localizados no MUNICÍPIO;
“USUÁRIOS”	Significa as pessoas que façam uso dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO;

3. Anexos

3.1. ANEXOS. Constituem ANEXOS desse CONTRATO, como parte integrante, independentemente de transcrição os seguintes documentos:

ANEXO	DESCRIÇÃO
ANEXO I	Edital de Licitação
ANEXO II	Termo de Referência do Edital de Licitação
ANEXO III	Proposta Econômica da Licitação
ANEXO IV	Plano de Negócios apresentado pela CONCESSIONÁRIA na LICITAÇÃO

CAPÍTULO II – OBJETO DO CONTRATO

4. Objeto

4.1. Objeto. Este CONTRATO tem por objeto a outorga de **CONCESSÃO** para a prestação dos SERVIÇOS.

4.2. Condições para Exploração dos Serviços. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela prestação dos SERVIÇOS, conforme previsto no ANEXO II, oferecendo à população serviços de maneira eficiente, atendendo aos INDICADORES DE DESEMPENHO estabelecidos no CONTRATO.

4.2.1. Os SERVIÇOS serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral, de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais contidas nos ANEXOS, bem como nas normas técnicas para a execução e manutenção dos SERVIÇOS.

5. Declarações e Compromissos das Partes

5.1. Declarações da CONCESSIONÁRIA. A **CONCESSIONÁRIA** declara, na data de assinatura deste **CONTRATO**, que:

- (i) É uma sociedade regularmente constituída, devidamente organizada sob as leis brasileiras e regularmente registrada perante os órgãos de registro do comércio;
- (ii) Atende e atenderá durante toda a **CONCESSÃO** os requisitos de qualificação técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal constantes da sua proposta e/ou na forma prevista no EDITAL, encontrando-se solvente antes e imediatamente após a celebração deste CONTRATO;
- (iii) Possui todas as autorizações societárias necessárias à celebração deste CONTRATO e tal celebração não viola a LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, nem tampouco disposição ou cláusula contida em qualquer acordo, contrato ou avença do qual a **CONCESSIONÁRIA** seja parte;
- (iv) Tem pleno conhecimento de todas as normas, incluindo leis, decretos, resoluções, portarias, medidas provisórias e regulamentos aplicáveis ao presente CONTRATO e as respectivas atividades, inclusive e principalmente relativas ao SERVIÇO, assim como no que se referem às questões ambientais associadas;
- (v) Este CONTRATO constitui obrigação legal, válida e exequível da **CONCESSIONÁRIA**, vinculante e exigível de acordo com os seus termos;

- (vi) Visitou a região que compreenderá a operação dos SERVIÇOS, teve pleno acesso e examinou adequadamente, todos os documentos colocados à disposição pelo **CONCEDENTE** relativos a esta **CONCESSÃO**, incluindo o EDITAL, o CONTRATO e todos os ANEXOS aos referidos documentos;
- (vii) Teve pleno acesso e analisou à sua satisfação as licenças e autorizações já concedidas;
- (viii) Encontra-se satisfeita com as condições e com as obrigações e riscos assumidos e com o nível de remuneração contemplado no CONTRATO;
- (ix) Formulou sua PROPOSTA ECONÔMICA e o seu PLANO DE NEGÓCIOS levando em consideração as condições gerais da **CONCESSÃO** e todas as informações e documentos colocados à disposição aos participantes da LICITAÇÃO;
- (x) Todas as declarações efetuadas e informações fornecidas pela ADJUDICATÁRIA no processo licitatório, segundo o EDITAL, foram verdadeiras e permanecem válidas, sendo certo que tais declarações e informações não omitem qualquer fato relevante que possa vir a alterar o conteúdo destas ou acarretar efeito materialmente adverso à sua capacidade de desempenhar as obrigações que lhe são atribuídas neste CONTRATO;
- (xi) Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz; e,
- (xii) Não se enquadra no inciso III do artigo 9º da LEI DE LICITAÇÕES.

5.2. Declarações do CONCEDENTE. O **CONCEDENTE** declara, na data de assinatura do CONTRATO, que:

- (i) Tem pleno poder, autoridade e legitimidade para celebrar o presente CONTRATO, contando com todas as autorizações necessárias para tanto, constituindo o presente CONTRATO obrigações legais, válidas e exequíveis em face do **CONCEDENTE**;
- (ii) A abertura do processo licitatório, nos termos do EDITAL, foi precedida de autorização da autoridade responsável, fundamentada em estudo técnico demonstrando a conveniência e a oportunidade da contratação; e,
- (iii) Forneceu ou colocou à disposição da **CONCESSIONÁRIA** todos os documentos, especificações técnicas, dados, estudos, plantas, projetos, inclusive seus respectivos ANEXOS, e demais informações necessárias e relevantes para a correta e acurada formulação da PROPOSTA ECONÔMICA por parte do ADJUDICATÁRIO.

6. Serviços.

6.1. Serviços. Como atividade fim e precípua deste CONTRATO, à **CONCESSIONÁRIA** é outorgada a prestação dos SERVIÇOS detalhados no **ANEXO II**.

6.2. Prestação dos Serviços. A prestação dos SERVIÇOS deverá obedecer ao disposto na legislação pertinente, nas normas complementares, nos padrões e nos procedimentos dispostos no presente CONTRATO e seus ANEXOS e demais documentos integrantes deste CONTRATO, atendendo-se também aos INDICADORES DE DESEMPENHO.

6.3. Serviço Adequado. A presente **CONCESSÃO** pressupõe a prestação de serviço adequado, considerando-se como tal aquele que satisfizer às condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia, modicidade das tarifas e continuidade, nos termos da legislação.

6.3.1. A qualidade, eficiência e segurança serão aferidas pelo atendimento, pela **CONCESSIONÁRIA**, dos INDICADORES DE DESEMPENHO constantes neste contrato.

6.3.2. A regularidade e a continuidade serão caracterizadas pela prestação contínua dos SERVIÇOS.

6.3.3. A atualidade será caracterizada pela modernidade dos veículos, das instalações e das técnicas de prestação do SERVIÇO, com a absorção dos avanços tecnológicos advindos ao longo do prazo da **CONCESSÃO** que tragam benefícios para os USUÁRIOS, respeitadas as disposições do presente CONTRATO, a modicidade das tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro.

6.3.4. A generalidade será caracterizada pela prestação não discriminatória do SERVIÇO a todo e qualquer USUÁRIO, nos termos da legislação.

6.3.5. A cortesia será caracterizada pelo atendimento respeitoso e imediato de todos os USUÁRIOS.

6.3.6. A modicidade será caracterizada pela definição das TARIFAS pelo **CONCEDENTE** compatíveis com a capacidade de pagamento dos USUÁRIOS.

7. Licenças e Autorizações, Interação com os Demais Órgãos Públicos.

7.1. Licenças e Autorizações. Cabe a **CONCESSIONÁRIA** a obtenção das Licenças e autorizações necessárias, inclusive as ambientais, para a prestação dos SERVIÇOS, compreendendo neste ponto inclusive a instalação da garagem, na forma do **ANEXO II**;

7.1.1. Não serão imputáveis às PARTES os atrasos decorrentes da demora na emissão de documentos de responsabilidade do PODER PÚBLICO, desde que o atraso não tenha sido causado pelas mesmas.

7.1.2. O **CONCEDENTE** auxiliará a **CONCESSIONÁRIA**, conforme o caso, a obter as licenças, certidões, alvarás e autorizações necessárias para a prestação dos SERVIÇOS. Esse auxílio será prestado por meio da emissão de documentos e/ou solicitações, realização de diligência e/ou auxílio na interface com outros órgãos e entidades públicas, dentre outras medidas.

7.2. Competências Contratuais. A **CONCESSIONÁRIA** cumprirá apenas as competências expressamente contidas neste CONTRATO, não exercendo poder de polícia e ainda sendo-lhe vedada a imposição de multas, penalidades (ou outras formas de sanção administrativas e/ou penais), ou o uso de força policial ou física, coerção ou coação sobre os USUÁRIOS.

7.3. Participação em Reuniões. Sempre que solicitada e houver justificativa e pertinência com o objeto deste CONTRATO, a **CONCESSIONÁRIA** indicará representante(s) para participar de reuniões, integrarem comissões ou grupos de trabalho, efetuar exposições ou de outra forma interagir com órgãos públicos com competência sobre a área da **CONCESSÃO**. Tal(is) representante(s) deverá(ão) oferecer suas contribuições pautando-se pelos objetivos, regras e princípios previstos neste CONTRATO.

8. Prazo de Vigência do Contrato.

8.1. Vigência. O prazo de vigência do CONTRATO é de 15 (quinze) anos contados do início da OPERAÇÃO TRANSITÓRIA.

8.2. Prorrogação do Prazo. O prazo contratual poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas neste CONTRATO e na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, quando houver justificativa, ressalvado que a prorrogação deverá ser admitida quando:

- (i) inexistirem investimentos em atraso para realização pela **CONCESSIONÁRIA**;
- (ii) a **CONCESSIONÁRIA** estiver prestando os SERVIÇOS de maneira adequada, considerando os INDICADORES DE DESEMPENHO estabelecidos neste CONTRATO;
- (iii) a **CONCESSIONÁRIA** não tiver praticado infrações consideradas graves ou gravíssimas nos últimos 2 (dois) anos do prazo contratual; e,

(iv) a **CONCESSIONÁRIA** concordar em realizar novos investimentos na **CONCESSÃO**, conforme determinados pelo **CONCEDENTE** com base em estudo técnico, jurídico e econômico-financeiro, em relação ao qual a **CONCESSIONÁRIA** poderá se manifestar e oferecer contribuições.

8.2.1. A intensão de prorrogar o prazo contratual deverá ser externada pelo **CONCEDENTE** ou pela **CONCESSIONÁRIA** até 12 (doze) meses antes do término do contrato para que os estudos determinados no item 8.2.(iv) sejam devidamente realizados. No caso de não ocorrência da manifestação citada o contrato não poderá ser prorrogado.

8.2.2. As condições previstas no item 8.2 não se aplicam se a prorrogação do contrato ocorrer em função da necessidade do reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, ocasião em que as PARTES deverão disciplinar os requisitos aplicáveis a tal prorrogação.

9. Assunção dos Serviços e Início da Prestação dos Serviços

9.1. A assunção dos SERVIÇOS pela **CONCESSIONÁRIA** de dará em duas etapas distintas, primeiro através de **OPERAÇÃO TRANSITÓRIA** que terá início no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data da assinatura do CONTRATO e se encerrará, quando então se iniciará a **OPERAÇÃO PLENA**.

9.2. Do Plano de OPERAÇÃO TRANSITÓRIA. A **CONCESSIONÁRIA** deverá, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do CONTRATO, apresentar para validação do **CONCEDENTE** o Plano de OPERAÇÃO TRANSITÓRIA dos Serviços, indicando o cronograma de operação das linhas que compõem o sistema municipal de transporte público, o qual inclui o TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO E O TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR.

9.2.1. No Plano de OPERAÇÃO TRANSITÓRIA deverá constar:

- (i) A linha a ser operada e a data de assunção de sua operação, destacando-se que a assunção da linha deverá ser integral;
- (ii) A data de assunção dos serviços de bilhetagem eletrônica em seus aspectos físicos e de arrecadação, destacando-se que a operação do sistema de bilhetagem eletrônica somente poderá se dar após a assunção integral de todas as linhas que compõem o sistema e essa assunção é condição para o início da OPERAÇÃO PLENA;
- (iii) A data de implantação do sistema de monitoramento da frota (GPS), destacando-se que a operação desse sistema é condição para o início da OPERAÇÃO PLENA.

9.2.2. Com a aprovação do Plano de OPERAÇÃO TRANSITÓRIA, o **CONCEDENTE** efetuará a comunicação devida à atual operadora, de forma que a assunção dos serviços se dê sem risco de solução de continuidade.

9.2.3. No período de OPERAÇÃO TRANSITÓRIA:

- (i) não será obrigatório o atendimento às disposições editalícias concernentes às estruturas de garagem, devendo a **CONCESSIONÁRIA** assegurar, contudo, a observância das condições de higiene e limpeza dos veículos (interna e externamente), sem prejuízo também da observância integral das disposições ambientais previstas na legislação de regência;
- (ii) Não será obrigatória a operação dos serviços de bilhetagem eletrônica;
- (iii) A **CONCESSIONÁRIA** será remunerada pela TARIFA PÚBLICA e pela TARIFA ESCOLAR, sendo que a TARIFA PÚBLICA será considerada a TARIFA DE REMUNERAÇÃO.

CAPÍTULO III - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10. Obrigações da CONCESSIONÁRIA

10.1. Obrigações da CONCESSIONÁRIA. Sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste CONTRATO e na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, a **CONCESSIONÁRIA** obriga-se à:

- (i) Executar os SERVIÇOS, cumprindo e fazendo cumprir integralmente o CONTRATO, em conformidade com as disposições legais e regulamentares, e ainda as determinações do **CONCEDENTE**, cabendo-lhe responder pelos prejuízos causados ao **CONCEDENTE**, aos USUÁRIOS ou a terceiros;
- (ii) Executar todos os SERVIÇOS, controles e atividades objeto do CONTRATO, com zelo e diligência, utilizando a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas, cumprindo e fazendo cumprir integralmente o CONTRATO, em conformidade com as disposições legais e regulamentares;
- (iii) Prestar os SERVIÇOS sem interrupção durante todo o período do CONTRATO de forma adequada ao pleno atendimento dos USUÁRIOS, em obediência às normas pertinentes, aos padrões e procedimentos estabelecidos neste CONTRATO e nos termos do artigo 6º, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- (iv) Realizar os SERVIÇOS com obediência às normas pertinentes, aos padrões e aos procedimentos constantes deste CONTRATO;
- (v) Realizar a gestão do cadastramento dos USUÁRIOS dos títulos de pagamento das viagens do TRANSPORTE PÚBLICO, em conformidade com o estabelecido neste contrato e em seu **ANEXO II**.
- (vi) Implantar, operar e manter Postos de Comercialização dos títulos de pagamento das viagens do TRANSPORTE PÚBLICO;
- (vii) Disponibilizar mensalmente para o **CONCEDENTE** as informações de apuração dos usos e créditos apurados pelo Sistema de Bilhetagem Eletrônica;
- (viii) Manter garantia, a favor do **CONCEDENTE**, relativo aos créditos de viagens vendidos e não utilizados. O valor inicial da garantia será referente a 1 (um) mês de viagens realizadas, devendo este valor ser atualizado semestralmente, sendo referenciado aos créditos vendidos e não utilizados em período superior a 6 (seis) meses;
- (ix) Garantir o cumprimento deste CONTRATO e da legislação aplicável, por parte de todas as subcontratadas, especialmente no que tange aos direitos dos USUÁRIOS e à proteção ambiental;
- (x) Apoiar o desenvolvimento das atividades de acompanhamento e fiscalização do **CONCEDENTE**, nos termos dos ANEXOS deste CONTRATO;
- (xi) Elaborar, manter e implantar Plano de Atendimento aos USUÁRIOS, informando ao **CONCEDENTE** sobre seu desenvolvimento;
- (xii) Manter SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO – **SAUSI** para cuidar exclusivamente das relações com os USUÁRIOS dos SERVIÇOS, durante todo o prazo da **CONCESSÃO**;
- (xiii) Manter, durante a execução do CONTRATO, todas as condições necessárias ao cumprimento dos SERVIÇOS;
- (xiv) Aceitar a eventual efetivação de integração tarifária e/ou operacional com os serviços de transporte intermunicipal de passageiros ou com algum outro modal de transporte que venha a ser implementado pelo **CONCEDENTE**, resguardando-se, em quaisquer hipóteses, o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.

- (xv) Informar o **CONCEDENTE**, quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa implicar o **CONCEDENTE** neste CONTRATO, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;
- (xvi) Manter o **CONCEDENTE** livre dos litígios a que não tenha dado causa, assumindo o patrocínio de eventuais ações judiciais movidas por terceiros em decorrência de sua execução faltosa do objeto deste CONTRATO;
- (xvii) Ressarcir o **CONCEDENTE**, dos desembolsos decorrentes de determinações judiciais para satisfação de obrigações imputáveis à **CONCESSIONÁRIA**, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à **CONCESSIONÁRIA**, bem como a danos a USUÁRIOS e órgãos de controle e fiscalização;
- (xviii) Zelar pela integridade dos bens vinculados a **CONCESSÃO**;
- (xix) Manter, durante a vigência do CONTRATO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na LICITAÇÃO;
- (xx) Dispor de equipamentos, acessórios, recursos humanos e materiais necessários à perfeita execução do CONTRATO;
- (xxi) Responder perante o **CONCEDENTE** e terceiros pelos atos e eventos de sua competência, especialmente por eventuais desídias e faltas quanto a obrigações decorrentes da **CONCESSÃO**;
- (xxii) Executar serviços e programas de gestão, bem como fornecer treinamento de todo pessoal vinculado à **CONCESSÃO**, visando ao constante aperfeiçoamento deste para a adequada prestação dos SERVIÇOS;
- (xxiii) Manter o **CONCEDENTE** informado sobre toda e qualquer ocorrência em desconformidade com a operação adequada dos SERVIÇOS;
- (xxiv) Reportar por escrito ao **CONCEDENTE**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidentes que se verifiquem na execução dos serviços, independente de comunicação verbal, que deve ser imediata;
- (xxv) Responder pelo correto comportamento de seus empregados e de terceiros contratados, providenciando o uso de uniforme nas funções e condições em que forem exigidos, bem como o porte de crachá indicativo das funções exercidas;
- (xxvi) Cumprir determinações legais relativas à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, em relação aos seus empregados, responsabilizando-se, como única empregadora, por todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre o custo da mão-de-obra empregada na Operação dos SERVIÇOS, bem como pelos de seguro de acidente de trabalho;
- (xxvii) Comprovar perante o **CONCEDENTE**, quando solicitado e no prazo de 10 (dez) dias úteis, as quitações legalmente exigidas de todo e qualquer encargo que se referir aos serviços de operação e outros de sua responsabilidade, inclusive as contribuições devidas ao INSS, FGTS, taxas e impostos pertinentes;
- (xxviii) Fornecer ao **CONCEDENTE** todos e quaisquer documentos e informações pertinentes ao CONTRATO, franqueando acesso amplo e irrestrito à fiscalização e a realização de auditorias;
- (xxix) Permitir o acesso da fiscalização nas suas dependências, bem como de suas subcontratadas;

- (xxx) Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à presente **CONCESSÃO**, apresentando-o, anualmente, ao **CONCEDENTE**;
- (xxxii) Informar à população e aos USUÁRIOS em geral, quando solicitado pelo **CONCEDENTE**, sempre que houver alteração das TARIFAS, o novo valor e a data de vigência;
- (xxxiii) Submeter previamente ao **CONCEDENTE**, para aprovação, toda e qualquer campanha publicitária referente ao serviço concedido, que pretenda realizar nos equipamentos operados, nas áreas concedidas ou em qualquer outra mídia;
- (xxxiv) Encaminhar ao **CONCEDENTE** quando solicitado cópia dos instrumentos contratuais relacionados aos serviços que geram receitas alternativas, complementares, acessórias e de projetos associados aos serviços permitidos;
- (xxxv) Providenciar, antes do início dos SERVIÇOS, que todos os seus empregados direcionados à operação sejam registrados, tenham seus assentamentos devidamente anotados em carteiras de trabalho ou mantenham contrato de prestação de serviço, atendidas as exigências da legislação previdenciária e trabalhista em vigor;
- (xxxvi) Aderir às campanhas educativas, informativas, operacionais e outras, limitadas aos equipamentos operados e áreas vinculadas ao CONTRATO, em consonância e de acordo com as diretrizes do **CONCEDENTE**;
- (xxxvii) Recrutar toda mão-de-obra e fornecer equipamentos e materiais necessários à prestação dos SERVIÇOS, consoante as responsabilidades e atribuições delineadas neste CONTRATO;
- (xxxviii) Submeter à análise e aprovação do **CONCEDENTE**, eventuais sugestões de reformulação de operação desde que atendidos as referências apresentadas nos ANEXOS do EDITAL e INDICADORES DE DESEMPENHO deste instrumento e respeitada a legislação em vigor;
- (xxxix) Submeter à aprovação do **CONCEDENTE** propostas de implantação de melhorias dos SERVIÇOS e de novas tecnologias;
- (xl) Atender e fazer atender, de forma adequada, o público em geral e os USUÁRIOS, em particular;
- (xi) Manter os serviços executados em conformidade com as determinações da Lei nº 6.514 de 22/12/1977, Capítulo V Título 2, regulamentada pela Portaria 3.214 de 08/06/1978 do Ministério do Trabalho (e alterações posteriores), bem como as Normas de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho específicas, em especial à Norma Regulamentadora nº 10;
- a. A **CONCESSIONÁRIA** deverá possuir serviço especializado em Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho, devidamente registrado na Delegacia Regional do Trabalho, assim como instituir uma CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de acordo com as normas vigentes;
 - b. A **CONCESSIONÁRIA** deverá prover que os funcionários sob sua responsabilidade ou de prepostos estejam devidamente uniformizados com roupas profissionais em bom estado e portando cartões individuais de identificação, bem como todos os EPIs – Equipamentos de Proteção Individuais e EPCs – Equipamentos de Proteção Coletivos necessários à segurança das atividades em curso.
- (xli) Manter seu acervo documental de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.159/91 e demais normas aplicáveis;

(xlii) Prever a responsabilização por danos que seus agentes causarem a terceiros, bem como responder pelos danos que seus agentes causarem aos USUÁRIOS, a terceiros e, quando for o caso, ao Poder Público, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa;

(xliii) Designar um responsável técnico à frente das atividades dos SERVIÇOS, com poderes para representar a **CONCESSIONÁRIA** perante a fiscalização do **CONCEDENTE**;

(xliv) Manter e conservar todos os bens, equipamentos e instalações vinculadas à **CONCESSÃO** em perfeitas condições de funcionamento, promover as substituições demandadas em função do desgaste ou superação tecnológica, ou ainda promover os reparos ou modernizações necessários à boa execução e à preservação da adequação das atividades e serviços, conforme determinado neste CONTRATO;

10.2. Na execução dos SERVIÇOS deverão ser atendidas também as condições da PROPOSTA COMERCIAL e do PLANO DE NEGÓCIOS apresentado, além das disposições estabelecidas no presente CONTRATO, no edital e nos ANEXOS.

10.3. Nomeação de Representante. A **CONCESSIONÁRIA** deverá, na data de assinatura do CONTRATO, indicar por escrito ao **CONCEDENTE** o nome e respectivo cargo do empregado ou representante por ela designado como principal responsável pela gestão do CONTRATO (“Representante da **CONCESSIONÁRIA**”), aos cuidados do qual deverão ser dirigidas as correspondências e notificações.

10.3.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá conceder ao seu Representante, respeitadas suas disposições estatutárias, os poderes necessários para que essa pessoa adote as medidas para a satisfação de todas as exigências, deveres e obrigações previstas no CONTRATO.

10.3.2. A qualquer momento durante a vigência do CONTRATO, a **CONCESSIONÁRIA** poderá substituir o Representante da **CONCESSIONÁRIA**, mediante notificação prévia ao **CONCEDENTE**.

11. Obrigações do CONCEDENTE

11.1. Obrigações do CONCEDENTE. Sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste CONTRATO e na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, o **CONCEDENTE** obriga-se à:

(i) Implantar, no prazo máximo de até 360 (trezentos e sessenta) dias à contar do início da OPERAÇÃO TRANSITÓRIA, um terminal rodoviário/urbano.

(ii) acompanhar a execução do CONTRATO, fiscalizar e assegurar o cumprimento das obrigações contratuais e a boa qualidade dos SERVIÇOS, preservando os seus direitos e os da **CONCESSIONÁRIA**;

(iii) fiscalizar a execução dos SERVIÇOS, o cumprimento das normas, regulamentos e procedimentos de segurança e de execução de manutenção e zelar pela sua qualidade;

(iv) realizar auditorias e fiscalizar o cumprimento de obrigações de natureza contábil, econômica e financeira da **CONCESSIONÁRIA**;

(v) indicar formalmente à **CONCESSIONÁRIA** a equipe de fiscalização dos SERVIÇOS;

(vi) fundamentar devidamente suas decisões, autorizações, aprovações, pedidos ou demais atos praticados ao abrigo deste CONTRATO;

(vii) notificar a **CONCESSIONÁRIA**, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontrados na execução dos SERVIÇOS;

(viii) notificar por escrito a **CONCESSIONÁRIA**, da aplicação de eventual penalidade;

(ix) receber e apurar queixas e reclamações dos USUÁRIOS relativos a atuação da **CONCESSIONÁRIA**;

(x) realizar auditorias obrigatórias, no mínimo com periodicidade anual, nas contas e registros da **CONCESSIONÁRIA**, por si ou por terceiros;

- (xi) Apoiar a **CONCESSIONÁRIA** na obtenção de licenças e autorizações necessárias para a execução do CONTRATO, inclusive por meio de participação conjunta em reuniões e envio de pedidos e documentos para outros órgãos públicos;
- (xii) aprovar os reajustes e/ou revisão das TARIFAS previstas nesse CONTRATO;
- (xiii) realizar a fiscalização da **CONCESSÃO**.

12. Direitos e Obrigações dos USUÁRIOS

12.1. Direitos e Obrigações dos USUÁRIOS. Sem prejuízo do disposto na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e das demais disposições deste CONTRATO, são direitos e obrigações dos USUÁRIOS:

- (i) receber serviço adequado, em níveis satisfatórios e de acordo com a sua destinação específica, tal como previsto neste CONTRATO;
- (ii) comunicar ao **CONCEDENTE** e/ou à **CONCESSIONÁRIA** a ocorrência de irregularidades relacionadas à prestação dos SERVIÇOS;
- (iii) receber da **CONCESSIONÁRIA** e do **CONCEDENTE** as informações necessárias para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- (iv) comunicar ao **CONCEDENTE** os atos ilícitos ou irregulares porventura praticados pela **CONCESSIONÁRIA** ou seus prepostos na execução do CONTRATO;
- (v) quando solicitado, prestar as informações necessárias para que os SERVIÇOS possam ser prestados de forma adequada e racional;
- (vi) contribuir para a manutenção das boas condições dos bens públicos por intermédio dos quais lhes são prestados os SERVIÇOS;
- (vii) pagar as tarifas cobradas pela utilização dos SERVIÇOS; e,
- (viii) receber da **CONCESSIONÁRIA** as informações necessárias à utilização dos SERVIÇOS.

12.2. Implantação do Serviço de Atendimento ao Usuário. A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar, às suas expensas, o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAUSI), para o atendimento e coleta de reclamações, pleitos e sugestões dos USUÁRIOS em relação aos SERVIÇOS, nos termos do estabelecido no **ANEXO II**;

12.2.1. Caberá à **CONCESSIONÁRIA** enviar ao **CONCEDENTE** relatório mensal relativo às demandas dos USUÁRIOS, com a indicação do índice de efetividade do atendimento.

13. Responsabilidade e Indenizações

13.1. Responsabilidade da CONCESSIONÁRIA. A **CONCESSIONÁRIA** responderá, nos termos da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, por prejuízos causados a terceiros e/ou ao **CONCEDENTE**, que tenha dado causa, por si ou seus administradores, empregados, prepostos, subcontratados e prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela **CONCESSÃO**, sem prejuízo do direito de regresso contra terceiros, isentando a **CONCEDENTE** de qualquer responsabilidade decorrente ou relacionada à implantação da infraestrutura ou operação dos SERVIÇOS.

13.2. Direito de Regresso do CONCEDENTE. A **CONCESSIONÁRIA** se obriga a ressarcir o **CONCEDENTE** de todos os desembolsos provenientes de determinações judiciais ou administrativas, para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à **CONCESSIONÁRIA** ou a subcontratadas desta, incluindo sem limitação reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à **CONCESSIONÁRIA** e indenizações por perdas e danos.

13.2.1. A **CONCESSIONÁRIA** é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados que porventura serão utilizados na execução do presente CONTRATO.

13.3. Responsabilidade do CONCEDENTE. O **CONCEDENTE** responderá, nos termos da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, por quaisquer prejuízos causados à **CONCESSIONÁRIA**, que tenha dado causa, por si ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ele vinculada, decorrentes de atos de responsabilidade ou omissões do **CONCEDENTE**, ainda que praticados ou ocorridos antes da data de início dos serviços, mesmo quando tais fatos, atos ou omissões sejam descobertos ou materializados posteriormente.

13.4. Direito de Regresso da CONCESSIONÁRIA. O **CONCEDENTE** se obriga a ressarcir a **CONCESSIONÁRIA** de todos os desembolsos provenientes de determinações judiciais para satisfação de obrigações originalmente imputáveis ao **CONCEDENTE**, incluindo sem limitação reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados ao **CONCEDENTE** e indenizações por perdas e danos.

14. Tributos

14.1. Inclusão dos Tributos na Remuneração. A remuneração da **CONCESSIONÁRIA** está sujeita aos tributos e encargos vigentes na DATA DA PROPOSTA, conforme LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

14.2. Sujeição à Legislação Aplicável. A **CONCESSIONÁRIA** ficará sujeita, nos termos e nas condições da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, ao regime fiscal e previdenciário que vigorar no prazo de vigência deste CONTRATO, obrigando-se ao pontual recolhimento de todas as contribuições sociais e outros encargos a que porventura estiver sujeita, ressalvado o seu direito à revisão do CONTRATO, para mais ou para menos, objetivando a preservação do seu equilíbrio econômico-financeiro em caso de alteração da carga fiscal subsequente à DATA DA PROPOSTA que altere o equilíbrio econômico-financeiro.

14.2.1. Em se tratando de aumento de tributos sobre a renda, a **CONCESSIONÁRIA** não terá direito ao reequilíbrio da equação econômico-financeira, nos termos do artigo 9º, § 3º, da LEI DE CONCESSÕES.

14.2.2. Na forma da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, a **CONCESSIONÁRIA** deverá cuidar para que todos os seus subcontratados cumpram regularmente suas obrigações fiscais e previdenciárias.

15. Valor do Contrato

15.1. Valor do Contrato. O valor do CONTRATO é de R\$ [●] ([●]) reais, na data base de [●] de [●] e corresponde à estimativa dos investimentos a serem realizados pela **CONCESSIONÁRIA** ao longo do prazo estipulado da **CONCESSÃO**, trazidos a valor presente.

16. Remuneração da CONCESSIONÁRIA.

16.1. Remuneração da CONCESSIONÁRIA. A **CONCESSIONÁRIA** será remunerada pela RECEITA TARIFÁRIA, que compreende a TARIFA PÚBLICA, o SUBSÍDIO e a TARIFA ESCOLAR.

16.2. A TARIFA DE REMUNERAÇÃO, ofertada pela **CONCESSIONÁRIA** no processo licitatório é de R\$[●] (valor por extenso), tendo como data base [●] de [●] de [●], e vigorará a partir do início da OPERAÇÃO PLENA ou após 360 (trezentos e sessenta) dias contados do início da OPERAÇÃO TRANSITÓRIA, o que ocorrer depois.

16.3. Durante a OPERAÇÃO TRANSITÓRIA a TARIFA DE REMUNERAÇÃO terá o valor da TARIFA PÚBLICA, ou seja, R\$ [●] ([●]), tendo como data base [●] de [●] de [●].

16.4. Comercialização de Meios de Pagamento de Tarifas. A comercialização dos meios de pagamento das TARIFAS será realizada pela **CONCESSIONÁRIA**, que reterá tais valores como parcela de sua remuneração.

16.5. Subsídio. A **CONCESSIONÁRIA**, nos termos autorizados pela LEI DE CONCESSÕES e pela Lei Municipal [●], receberá da **CONCEDENTE** pagamento dos SUBSÍDIOS na OPERAÇÃO PLENA.

16.5.1. O Pagamento dos SUBSÍDIOS será realizado em todo dia [●] do mês, mediante conferência do [●], em conta bancária específica indicada pela **CONCESSIONÁRIA**.

16.5.2. O atraso do pagamento do SUBSÍDIO acarretará a incidência de multa de 2% (dois por cento) e de juros de mora de 1% a.m. (um por cento ao mês).

16.5.3. As despesas com SUBSÍDIO serão suportadas pelas dotações que lhe forem destinadas.

16.5.4. No ano de 2015 a TARIFA ESCOLAR será suportada pela dotação [●].

16.6. Receitas Acessórias. A **CONCESSIONÁRIA** poderá, mediante anuência prévia do **CONCEDENTE**, explorar fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS, observado que tal exploração não poderá comprometer os padrões de qualidade dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO, conforme previsto nas normas e procedimentos integrantes do EDITAL e do CONTRATO.

16.7. Contabilização dos Investimentos e das Receitas Acessórias. Os investimentos realizados pela **CONCESSIONÁRIA** para o desenvolvimento e a exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS, assim como as próprias RECEITAS ACESSÓRIAS deverão ser contabilizadas em separado e não serão considerados para fins de equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e pagamento de eventuais indenizações nos casos de extinção do CONTRATO.

16.8. As receitas acessórias serão apropriadas da seguinte maneira:

(i) 70% (setenta por cento) da receita bruta auferida pela **CONCESSIONÁRIA** com as RECEITAS ACESSÓRIAS será apropriada por esta, e;

(ii) O percentual restante será revertido ao **CONCEDENTE**, para manutenção do sistema municipal de transporte;

16.9. Vigência dos Contratos. O prazo de todos os contratos de exploração comercial celebrados pela **CONCESSIONÁRIA** não poderá ultrapassar o prazo da **CONCESSÃO**, salvo se aprovados previamente pelo **CONCEDENTE**.

16.10. Constituição de Subsidiárias. A **CONCESSIONÁRIA** pode optar por exercer as atividades objeto deste item por meio de suas subsidiárias ou controladas.

16.11. Receitas Financeiras. As RECEITAS FINANCEIRAS pertencerão exclusivamente à **CONCESSIONÁRIA**.

CAPÍTULO IV – CONCESSIONÁRIA

17. Estatuto Social ou Contrato Social. O contrato social ou o estatuto social da **CONCESSIONÁRIA** poderá ser alterado sem a necessidade de anuência prévia do **CONCEDENTE**, salvo nos casos de alteração do objeto social, capital social, fusão, cisão, transformação, incorporação ou alteração de controle.

17.1. Governança Corporativa. A **CONCESSIONÁRIA** deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas.

17.2. Exercício Social. O exercício social da **CONCESSIONÁRIA** deverá coincidir com o ano civil.

17.3. Contratação com Partes Relacionadas. Os contratos firmados pela **CONCESSIONÁRIA** com partes relacionadas deverão observar condições e preços de mercado. São consideradas partes relacionadas as assim definidas no Pronunciamento Técnico CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM 560/08, conforme alterada ou substituída. A **CONCESSIONÁRIA** deverá enviar ao **CONCEDENTE**, no prazo de 10 (dez) dias, contados da sua data de assinatura, cópia dos contratos firmados com partes relacionadas.

18. Subcontratação

18.1. Subcontratação. Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste CONTRATO, a **CONCESSIONÁRIA** poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades acessórias, inerentes

ou complementares aos SERVIÇOS, bem como a implantação de projetos associados, desde que tal contratação não ultrapasse o prazo da **CONCESSÃO**, salvo se previamente aprovado pelo **CONCEDENTE**.

18.1.1. Não será permitida a cessão ou subcontratação total ou parcial dos serviços relativos às atividades-fim da **CONCESSÃO**, exceto conforme previsto nos estritos limites do presente CONTRATO.

18.1.2. A **CONCESSIONÁRIA** deverá assegurar que os terceiros contratados tenham experiência pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com as obrigações assumidas por esses terceiros.

18.1.3. Os contratos firmados pela **CONCESSIONÁRIA** com terceiros serão regidos por regras de Direito Privado, não se estabelecendo nenhum vínculo entre esses terceiros e o **CONCEDENTE**.

18.1.4. A **CONCESSIONÁRIA** será a única responsável perante o **CONCEDENTE** por eventuais prejuízos causados por seus subcontratados.

18.1.5. A execução das atividades contratadas com terceiros impõe o cumprimento das normas regulamentares da **CONCESSÃO**.

19. Transferência do Controle Acionário da CONCESSIONÁRIA, Cessão e Subconcessão.

19.1. Transferência do Controle Acionário da CONCESSIONÁRIA. Os CONTROLADORES só poderão transferir o controle da **CONCESSIONÁRIA** mediante prévia e expressa autorização do **CONCEDENTE**, sob pena de declaração de caducidade da **CONCESSÃO**.

19.2. Submissão e Autorização de Pedido de Transferência do Controle Acionário. A autorização pelo **CONCEDENTE** da transferência do controle observará o quanto segue:

(i) A **CONCESSIONÁRIA** deverá submeter ao **CONCEDENTE**, por meio de notificação prévia, pedido de autorização que deverá conter, dentre outras informações julgadas pertinentes pela **CONCESSIONÁRIA** ou seus CONTROLADORES: (i) justificativa para a transferência; (ii) indicação das sociedades que pretendem assumir o controle da **CONCESSIONÁRIA**, qualificando-as e relatando a sua experiência de atuação em prestação de serviço de porte e característica similares ao SERVIÇO; (iii) demonstração de que tais sociedades atendem as exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira, e regularidade jurídica e fiscal necessárias a assunção do SERVIÇO, tal como originalmente exigidas pelo EDITAL DE LICITAÇÃO; (iv) compromisso das sociedades de que, caso seja autorizada a transferência controle, irão cumprir, integralmente, todas as obrigações aplicáveis aos CONTROLADORES no âmbito do CONTRATO, bem como apoiar a **CONCESSIONÁRIA** no cumprimento das obrigações a esta atribuídas, e (v) demais informações ou documentos solicitados pelo **CONCEDENTE**;

(ii) O **CONCEDENTE**, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação de que trata o inciso (i), manifestar-se-á por escrito a respeito do pedido de transferência do controle da **CONCESSIONÁRIA**, autorizando-o, rejeitando-o ou formulando exigências para sua autorização, sempre de maneira fundamentada.

19.2.1. Não havendo resposta ao requerimento no prazo previsto no inciso (ii) considera-se como autorizado o pedido de transferência de controle nos termos requeridos.

19.3. Cessão do Contrato. A **CONCESSIONÁRIA** não poderá ceder a **CONCESSÃO** a terceiros, salvo mediante prévia e expressa autorização do **CONCEDENTE**, sob pena de declaração de caducidade da **CONCESSÃO**.

19.4. Subconcessão. A **CONCESSIONÁRIA** só poderá instituir **SUBCONCESSÃO** da **CONCESSÃO** mediante prévia e expressa autorização do **CONCEDENTE**, sob pena de declaração de caducidade da **CONCESSÃO**, observado o disposto no artigo 26 da LEI DE CONCESSÕES.

CAPÍTULO V – ALTERAÇÕES

20. Alterações do Contrato

20.1. Alterações do Contrato. Poderá haver a alteração do CONTRATO nos seguintes casos:

(i) Unilateralmente, pelo **CONCEDENTE**, para modificar quaisquer itens do CONTRATO, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de eventual necessidade de: (a) adequação do presente CONTRATO às finalidades do interesse público e/ou (b) adequação do CONTRATO a nova realidade, alterada por fatos supervenientes ao CONTRATO, desde que: (1) não seja alterada a substância do CONTRATO; e/ou (2) não torne inviável ou excessivamente onerosa a sua execução.

(ii) Por mútuo consentimento entre as PARTES, em decorrência de eventual necessidade de: (a) adequação do presente CONTRATO às finalidades do interesse público e/ou (b) adequação do CONTRATO a nova realidade, alterada por fatos supervenientes ao CONTRATO, desde que: (1) não seja alterada a substância do CONTRATO; e/ou (2) não torne inviável ou excessivamente onerosa a sua execução.

20.2. Procedimento Administrativo para a Alteração. Todas as alterações, unilaterais ou não, somente ocorrerão após a conclusão de devido procedimento administrativo instaurado para este fim, no qual (i) fique devidamente demonstrada a motivação que fundamenta a alteração; e (ii) seja permitida a participação da **CONCESSIONÁRIA** para apresentar alegações sobre a alteração. As alterações deverão ser efetivadas por escrito, mediante aditamento ao presente CONTRATO.

20.2.1. Caso haja alteração nos encargos da **CONCESSIONÁRIA** em virtude de qualquer alteração do CONTRATO, este deverá ter seu equilíbrio econômico-financeiro restabelecido concomitantemente.

21. Do Equilíbrio Econômico-Financeiro e do Compartilhamento dos Riscos.

21.1. Equilíbrio Econômico-Financeiro. Considera-se, para todos os fins, que as condições estabelecidas no CONTRATO, na PROPOSTA ECONÔMICA, nos ANEXOS e no EDITAL constituem o equilíbrio econômico-financeiro inicial do presente CONTRATO.

21.1.1. Observados os pressupostos estabelecidos na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, bem como no EDITAL, nos ANEXOS e no presente instrumento, o CONTRATO será objeto de revisão caso ocorra o desequilíbrio na sua equação econômico-financeira, aplicando-se ainda o reajuste de acordo com as hipóteses e periodicidade estabelecida na legislação.

21.2. Da Revisão da TARIFA. A TARIFA DE REMUNERAÇÃO e a TARIFA ESCOLAR serão revisadas, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos e as receitas da **CONCESSIONÁRIA** e, formada pelas regras do presente CONTRATO e do EDITAL, bem como pelas planilhas apresentadas na PROPOSTA ECONÔMICA vencedora da licitação, sempre que ocorrerem quaisquer situações que afetem o equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO.

21.3. Qualquer alteração nos encargos da **CONCESSIONÁRIA**, sem o proporcional ajuste de remuneração, importará na obrigação do **CONCEDENTE** recompor o equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.

21.3.1. Para os efeitos previstos nos itens anteriores, a revisão dar-se-á, dentre outros, nos seguintes casos, além daqueles já previstos no presente instrumento, que poderão ocorrer simultaneamente ou não:

(i) sempre que ocorrerem variações acima dos percentuais de [●]% ([●] por cento) para mais ou para menos, na quilometragem rodada do sistema em relação aos montantes previstos como

premissas do Edital de Licitação, considerando-se todas as repercussões sobre os investimentos, custos e a receita;

- a. O primeiro eventual pleito de revisão com base no inciso (i) supra somente poderá ser efetuado após 12 (doze) meses de OPERAÇÃO PLENA, sendo que a demanda a ser considerada para tal hipótese será a aferida unicamente no período de OPERAÇÃO PLENA;
- (ii) Sempre que ocorrer variação acima dos percentuais de [●]% ([●] por cento) para mais ou para menos na demanda de PASSAGEIROS EQUIVALENTES, considerados individualmente os PAGANTES e os ESTUDANTES, em relação à utilizada como base na TARIFA DE REMUNERAÇÃO e na TARIFA ESCOLAR em vigor, considerando sempre a média apurada no período retroativo de 12 (doze) meses;
 - a. O primeiro eventual pleito de revisão com base no inciso (ii) supra somente poderá ser efetuado após 12 (doze) meses de OPERAÇÃO PLENA, sendo que a demanda a ser considerada para tal hipótese será a aferida unicamente no período de OPERAÇÃO PLENA;
- (iii) Sempre que ocorrer variação da composição de investimentos em frota, decorrente de determinação do **CONCEDENTE**, em razão de acréscimo ou diminuição de veículos, mudança de tipo de veículo, ou modificação de vida útil ou idade média máxima;
- (iv) ressalvados os impostos sobre a renda, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos que incidem sobre o serviço ou a receita da **CONCESSIONÁRIA** ou sobrevierem disposições legais, após a data de apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA, de comprovada repercussão nos custos da **CONCESSIONÁRIA**, para mais ou para menos, conforme o caso;
- (v) sempre que houver acréscimo ou supressão dos encargos previstos neste CONTRATO, no Edital de Licitação e/ou em seus ANEXOS, para mais ou para menos, conforme o caso;
- (vi) sempre que houver alteração unilateral deste CONTRATO, que comprovadamente altere os encargos da **CONCESSIONÁRIA**, para mais ou para menos, conforme o caso.

21.3.2. Também haverá revisão caso a **CONCESSIONÁRIA** não cumpra a obrigação de implantação de terminal rodoviário/urbano no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar do início da operação, nos termo do item 11.1.(i).

21.3.3. Nos processos de revisão tarifária, a aferição da TARIFA DE REMUNERAÇÃO e da TARIFA ESCOLAR, para reequilíbrio do contrato, será realizada por meio do fluxo de caixa apresentado na PROPOSTA ECONÔMICA, assegurando-se a proteção, ao longo do contrato, dos elementos de mérito TIR (Taxa Interna de Retorno) apresentada pela **CONCESSIONÁRIA** na referida proposta, nos termos do **ANEXO III**.

21.3.4. O processo de revisão será realizado sempre que ocorrer qualquer das situações, previstas no presente CONTRATO, que imponha a sua ocorrência e terá início, de ofício, pelo **CONCEDENTE**, ou mediante requerimento formulado pela **CONCESSIONÁRIA**.

21.3.5. O **CONCEDENTE** terá o prazo de até 60 (sessenta) dias corridos para decidir o processo a que alude o item anterior, contados da data de sua instauração de ofício ou mediante requerimento da **CONCESSIONÁRIA** (neste caso, considerando-se a data do protocolo do requerimento), assegurando, previamente, no período, as garantias do contraditório, dos esclarecimentos e das justificativas que se façam necessários por parte da **CONCESSIONÁRIA**.

21.3.5.1. Em ocorrendo divergência entre os valores e parâmetros propostos pela **CONCESSIONÁRIA** para fins de REVISÃO da TARIFA DE REMUNERAÇÃO e da TARIFA ESCOLAR e aqueles considerados pelo **CONCEDENTE**, ou ainda, caso não haja manifestação tempestiva do **CONCEDENTE**, haverá a submissão da controvérsia ao Comitê Técnico na forma do item 35.2 e seguintes deste CONTRATO.

21.3.5.1.1. O valor incontroverso da TARIFA DE REMUNERAÇÃO e da TARIFA ESCOLAR será aplicado de forma imediata por não ser alvo de contestação entre as partes.

21.4. Uma vez confirmada a necessidade de revisão da TARIFA DE REMUNERAÇÃO, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, será expedido ato administrativo alterando o valor da TARIFA DE REMUNERAÇÃO e da TARIFA ESCOLAR, com o encaminhamento do processo ao Chefe do Poder Executivo, a quem caberá decretar os valores de TARIFA PÚBLICA e/ou ajustar, se for o caso, o **SUBSÍDIO** em montante suficiente para garantir o pagamento da remuneração da **CONCESSIONÁRIA**.

21.5. Modalidades de Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio das seguintes modalidades, isoladamente ou de forma combinada:

- (i) prorrogação ou redução do prazo da **CONCESSÃO**, observados os prazos mínimos e máximos previstos na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL;
- (ii) revisão do cronograma de investimentos;
- (iii) revisão da TARIFA DE REMUNERAÇÃO e da TARIFA ESCOLAR, para mais ou para menos;
- (iv) compensação com eventuais créditos tributários vencidos ou vincendos da **CONCESSIONÁRIA** mediante lei autorizativa;
- (v) pagamento à **CONCESSIONÁRIA**, pelo **CONCEDENTE**, dos investimentos, custos ou despesas adicionais que tenham sido efetivamente incorridos ou do valor equivalente da receita efetivamente perdida; e,
- (vi) outras modalidades previstas em lei.

21.5.1. Caberá às PARTES, em comum acordo, a escolha da forma pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, buscando sempre assegurar a continuidade da prestação do SERVIÇO e a preservação da capacidade de pagamento dos FINANCIAMENTOS.

21.6. Do Reajuste da TARIFA O valor da TARIFA DE REMUNERAÇÃO e da TARIFA ESCOLAR será reajustado, a cada 12 (doze) meses, contados da data base de apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA vencedora da licitação.

21.6.1. O reajuste anual da TARIFA DE REMUNERAÇÃO será realizado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$TR = TP \times \left\{ 1 + \left[0,23 \times \left(\frac{PRD_i - PRD_0}{PRD_0} \right) \right] + \left[0,23 \times \left(\frac{IVRCA_i - IVRCA_0}{IVRCA_0} \right) \right] + [0,50 \times (VPO)] + \left[0,04 \times \left(\frac{IGPDI_i - IGPDI_0}{IGPDI_0} \right) \right] \right\}$$

onde:

TR - é o valor reajustado da TARIFA DE REMUNERAÇÃO;

TP - é o valor da TARIFA DE REMUNERAÇÃO apresentado pela **CONCESSIONÁRIA** na PROPOSTA ECONÔMICA vencedora da licitação, considerando a data-base de apresentação da referida proposta;

PRDo - é o preço do litro de óleo do diesel S10, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base da PROPOSTA ECONÔMICA, extraído do Levantamento dos Preços Praticados em [●], base mensal, do Sistema de Levantamento de Preços – SLP, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, com referência ao preço médio da Distribuidora para a cidade de Joinville, excluídos eventuais benefícios de isenção tributária aplicáveis à **CONCESSIONÁRIA**;

PRDi - é o preço do litro de óleo do diesel S10, relativo ao segundo mês anterior ao da data de reajuste, extraído do Levantamento dos Preços Praticados em [●], base mensal, do Sistema de Levantamento de

Preços – SLP, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, com referência ao preço médio da Distribuidora para a cidade de Joinville, excluídos eventuais benefícios de isenção tributária aplicáveis à **CONCESSIONÁRIA**;

IVRCAo - é o Índice de Veículos Automotores, Reboques, Carrocerias e Autopeças, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base da PROPOSTA ECONÔMICA, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, Revista Conjuntura Econômica, (coluna 36) do Índice de Preços ao Produtor Amplo – Origem (IPA-OG) - Brasil;

IVRCAi - é o Índice de Veículos Automotores, Reboques, Carrocerias e Autopeças, relativo ao segundo mês anterior ao da data de reajuste, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, Revista Conjuntura Econômica, (coluna 36) do Índice de Preços ao Produtor Amplo – Origem (IPA-OG) - Brasil;

VPO – é a variação da remuneração da mão de obra operacional, incluindo o salário e os benefícios percebidos pelos motoristas.

- (i) Na hipótese da variação da remuneração da mão de obra operacional – VPO – ultrapassar a variação do IPC, será aplicada, na fórmula de reajuste, a variação do IPC acrescida de 50% (cinquenta por cento) da diferença entre a variação do preço da mão de obra operacional – VPO – e a variação do IPC no mesmo período, ao invés da aplicação da variação do preço da mão de obra operacional – VPO.

IGPDio - é o Índice Geral de Preços – disponibilidade interna, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base da PROPOSTA ECONÔMICA, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (coluna 2), Revista Conjuntura Econômica;

IGPDii - é o Índice Geral de Preços - disponibilidade interna, relativo ao segundo mês anterior ao da data de reajuste, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 2), Revista Conjuntura Econômica.

21.6.2. O cálculo do reajuste do valor da TARIFA DE REMUNERAÇÃO será feito pela **CONCESSIONÁRIA** e previamente submetido ao **CONCEDENTE** para verificação da sua correção; o **CONCEDENTE** terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do protocolo do requerimento, para verificar e, se correto, homologar o reajuste.

21.6.2.1. Em ocorrendo divergência entre os valores e parâmetros propostos pela **CONCESSIONÁRIA** para fins de REAJUSTE da tarifa e aqueles considerados pelo **CONCEDENTE**, ou ainda, em caso de inércia do **CONCEDENTE**, haverá a submissão da controvérsia ao Comitê Técnico na forma do item 35.2 e seguintes deste CONTRATO.

21.6.2.2. O valor da TARIFA ESCOLAR corresponderá sempre ao percentual de 50% (cinquenta por cento) da TARIFA DE REMUNERAÇÃO.

21.6.3. Homologado o reajuste, pelo **CONCEDENTE**, será expedido ato administrativo alterando os valores da TARIFA DE REMUNERAÇÃO e da TARIFA ESCOLAR e encaminhando o processo ao Chefe do Poder Executivo, a quem caberá, se for o caso, decretar a nova TARIFA PÚBLICA e ajustar o valor de SUBSÍDIO, em montante suficiente para garantir o pagamento da remuneração da **CONCESSIONÁRIA**.

21.6.4. Em caso de suspensão ou extinção de qualquer dos índices de reajuste definidos na presente cláusula, deverão ser, temporária ou definitivamente, conforme o caso, substituídos por outros que representem a mesma categoria de custo e apresentem variação histórica semelhante ao do índice extinto.

21.7. Assunção de Riscos. Os riscos são assumidos pelas PARTES na proporção em que foram alocados no presente CONTRATO.

21.8. Eventos Escusáveis. São considerados escusáveis os seguintes eventos, sem prejuízo de outros identificados no caso concreto, cujos efeitos econômico-financeiros devem ser suportados exclusivamente pela **CONCESSIONÁRIA**:

- (i) interrupção ou falha de serviços prestados pelas concessionárias responsáveis pela prestação dos serviços de fornecimento de água, energia, telecomunicações e gás canalizado, dentre outras;
- (ii) falha ou interrupção no fornecimento de combustível ou transporte que afetem os SERVIÇOS;

21.8.1. Caso um evento escusável ocorra, a **CONCESSIONÁRIA** deverá, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados da sua ocorrência, notificar o **CONCEDENTE** sobre o ocorrido, informando no mínimo:

- (i) detalhamento do evento escusável ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- (ii) as medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento;
- (iii) as medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- (iv) as obrigações previstas nesse CONTRATO que não foram e/ou não serão cumpridas em razão da ocorrência do evento escusável; e,
- (v) outras informações consideradas relevantes.

21.8.2. Após receber a notificação, o **CONCEDENTE** deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, decidir sobre o ocorrido.

21.8.2.1. É facultado ao **CONCEDENTE** solicitar da **CONCESSIONÁRIA** esclarecimentos complementares que devem ser prestados no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas.

21.8.3. Caso entenda que o evento é escusável, o **CONCEDENTE** isentará a **CONCESSIONÁRIA** do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo evento escusável ("Período de Isenção"), durante o prazo por ele determinado.

21.8.4. Caso o **CONCEDENTE** entenda que não se cuida de evento escusável, o caso poderá ser dirimido por meio dos mecanismos de solução de controvérsias do presente Contrato.

21.9. Constituem, dentre outros, RISCOS DE OPERAÇÃO assumidos pela **CONCESSIONÁRIA** as ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, de negligência, de inépcia ou de omissão na implantação e na prestação do serviço decorrente da **CONCESSÃO**;

21.10. Constituem, dentre outros, RISCOS ECONÔMICO-FINANCEIROS assumidos pela **CONCESSIONÁRIA**:

- (i) diminuição das expectativas ou frustração das receitas alternativas e complementares e de projetos e empreendimentos associados;
- (ii) alteração do cenário macroeconômico ou aumento de custo de capital e variação das taxas de câmbio, exceto aqueles decorrentes de fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado;
- (iii) constatação superveniente de erros, ou omissões na Proposta e PLANO DE NEGÓCIOS apresentados pela **CONCESSIONÁRIA**;

21.11. Constituem, dentre outros, RISCOS JURÍDICOS a serem assumidos pela **CONCESSIONÁRIA**:

- (i) Responsabilidade civil, administrativa, ambiental e penal por danos que possam ocorrer a terceiros, ou causados por terceiros, sejam estas pessoas que trabalhem para a **CONCESSIONÁRIA**,

seus empregados, prepostos, terceirizados ou empresas subcontratadas, durante a implantação do objeto da **CONCESSÃO** e no curso de toda vigência da **CONCESSÃO**;

(ii) Negligência, imperícia ou imprudência de pessoas que trabalhem para a **CONCESSIONÁRIA**, sejam elas empregados, terceirizados, ou de empresas subcontratadas;

21.12. Força Maior e Caso Fortuito. São considerados de força maior ou caso fortuito os eventos assim definidos pela LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. A PARTE que tiver o cumprimento de suas obrigações afetado por caso fortuito ou força maior deverá comunicar por escrito a outra PARTE a ocorrência do evento dessa natureza, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas da data da ocorrência do evento. Após o recebimento da notificação, as PARTES deverão acordar o modo e o prazo para a remediação do ocorrido. Nenhuma PARTE será considerada inadimplente quando o descumprimento do CONTRATO decorrer de um evento de caso fortuito ou força maior.

21.12.1. Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, cujas consequências não sejam cobertas, nos últimos 2 (dois) anos antes da ocorrência, por seguro em condições comerciais viáveis, as PARTES acordarão se haverá lugar para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO para a recomposição de danos diretos ou a extinção da **CONCESSÃO**. A extinção poderá ocorrer quando os efeitos do caso fortuito ou de força maior perdurarem por mais de 120 (cento e vinte) dias e desde que comprovado pela PARTE que solicitar a extinção que:

- (i) as medidas razoavelmente aplicáveis para remediar os efeitos do evento foram tomadas; e,
- (ii) a manutenção do CONTRATO é impossível ou é inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa (representa um percentual significante em relação ao valor do contrato).

21.12.1.1. Verificando-se a extinção da **CONCESSÃO**, nos termos do disposto neste subitem, aplicar-se-ão, no que couber, as regras e os procedimentos válidos para a extinção da **CONCESSÃO** por advento do termo contratual, conforme aplicáveis. As PARTES se comprometem a empregar as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos decorrentes dos eventos de força maior ou caso fortuito.

21.13. Manutenção da Estrutura de Alocação de Riscos. Os processos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro não poderão alterar a alocação de riscos originalmente prevista no CONTRATO.

CAPÍTULO VI – FINANCIAMENTO

22. Financiamento

22.1. Contratação de Financiamentos. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela contratação dos FINANCIAMENTOS necessários à adequada prestação dos SERVIÇOS, podendo escolher, a seu critério e de acordo com sua própria avaliação, as modalidades e os tipos de FINANCIAMENTO disponíveis no mercado, em moeda nacional ou estrangeira, assumindo os riscos diretos pela liquidação de tais FINANCIAMENTOS.

22.2. Direitos Emergentes da CONCESSÃO. A **CONCESSIONÁRIA** poderá oferecer em garantia dos FINANCIAMENTOS contratados ou como contra garantia de operações de crédito vinculadas ao cumprimento das obrigações deste CONTRATO, os direitos emergentes da **CONCESSÃO**, ai expressamente abrangidos os direitos creditórios relativos à RECEITA TARIFÁRIA, dentre outros, podendo, para tanto ceder fiduciariamente, vincular, empenhar, gravar, ou por qualquer forma constituir ônus real sobre os direitos principais e acessórios aqui referidos, desde que o oferecimento de tais garantias não inviabilize ou impossibilite a operacionalização e a continuidade da execução do SERVIÇO objeto deste CONTRATO.

22.2.1. A **CONCESSIONÁRIA** poderá realizar outras operações de crédito e/ou oferecer outras garantias aos FINANCIADORES vinculadas aos direitos emergentes da **CONCESSÃO** que não estejam expressamente indicadas acima, desde que observada a LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

22.3. Garantia de Ações. Também poderão ser oferecidas em garantia aos FINANCIADORES as ações representativas do capital social da **CONCESSIONÁRIA**, inclusive do bloco de controle, neste último caso com prévia autorização do **CONCEDENTE**, sob qualquer das modalidades previstas em lei.

22.4. Cooperação do CONCEDENTE. A constituição das garantias referidas nos subitens acima deverá ser comunicada ao **CONCEDENTE**, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de seu registro nos órgãos competentes, e acompanhada de sumário descritivo informando as condições, os prazos e a modalidade de financiamento contratada, salvo no caso de necessidade de anuência prévia. O **CONCEDENTE** se compromete a cooperar com a **CONCESSIONÁRIA**, no que couber, para facilitar a constituição da garantia e a **CONCESSÃO** do FINANCIAMENTO, manifestando, caso exigido pelo FINANCIADOR, expressamente a sua anuência e prestando esclarecimentos na forma da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, sempre que necessário ou assim requerido pelos FINANCIADORES.

22.5. Pagamentos Diretos. A **CONCESSIONÁRIA** poderá solicitar ao **CONCEDENTE**, mediante notificação, o pagamento de indenizações e valores relativos a este CONTRATO diretamente aos FINANCIADORES, até o limite dos créditos vencidos e exigíveis segundo os respectivos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, observadas as demais disposições e limites previstos neste CONTRATO. O pagamento direto assim efetuado operará a quitação das obrigações do **CONCEDENTE** perante a **CONCESSIONÁRIA** pelo montante pago.

22.6. Notificação. Caso, por exigência dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, a **CONCESSIONÁRIA** venha a solicitar por escrito ao **CONCEDENTE** o envio de comunicações relevantes relativas ao CONTRATO a seus FINANCIADORES, o **CONCEDENTE** deverá se comprometer a fazê-lo, observada a LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

CAPÍTULO VII – FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO

23. Fiscalização

23.1. Fiscalização Técnica. A fiscalização técnica, de responsabilidade do **CONCEDENTE**, será exercida diretamente ou por terceiros indicados por este, e abrangerá, dentre outros pontos:

- (i) a prestação dos SERVIÇOS;
- (ii) a observância dos INDICADORES DE DESEMPENHO; e
- (iii) a observância das disposições do CONTRATO e da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

23.2. Fiscalização Econômico-Financeira e Contábil. A fiscalização econômico-financeira e contábil do **CONCEDENTE**, será exercida diretamente ou por terceiros indicados por este, e abrangerá, dentre outros pontos:

- (i) a análise do desempenho econômico-financeira da **CONCESSÃO**;
- (ii) a análise do cumprimento das obrigações societárias e de auditoria da **CONCESSIONÁRIA**; e,
- (iii) a exame dos livros, registros contábeis e demais informações econômicas e financeiras, bem como os atos de gestão praticados pela **CONCESSIONÁRIA**.

23.3. Acesso dos Agentes do CONCEDENTE. Os agentes do **CONCEDENTE** e do PODER PÚBLICO municipal, ou seus prepostos especialmente designados, terão livre acesso, em qualquer época, à documentação, instalações e equipamentos vinculados ao SERVIÇO, inclusive aos registros e livros contábeis da **CONCESSIONÁRIA**, podendo requisitar, de qualquer setor, por meio do Representante da **CONCESSIONÁRIA**, informações e esclarecimentos que permitam verificar a correta execução do CONTRATO, ficando vedado à **CONCESSIONÁRIA**, restringir o disposto neste subitem. A fiscalização pelo

CONCEDENTE não poderá prejudicar a prestação dos SERVIÇOS e o desenvolvimento das atividades normais da **CONCESSIONÁRIA**.

23.3.1. Os pedidos formulados pelo **CONCEDENTE** deverão ser respondidos pela **CONCESSIONÁRIA** em prazo razoável determinado pelo **CONCEDENTE**, nunca inferior a 5 (cinco) dias úteis.

23.4. Obrigações da CONCESSIONÁRIA na Fiscalização. Para facilitar a fiscalização exercida pelo **CONCEDENTE**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá, sem prejuízo das demais obrigações previstas nesse CONTRATO:

- (i) prestar as informações e esclarecimentos solicitados;
- (ii) atender prontamente as exigências e observações feitas;
- (iii) notificar no menor prazo possível o **CONCEDENTE** a ocorrência de fatos ou atos que possam colocar em risco a prestação do SERVIÇO ou o cumprimento de qualquer cronograma no qual a **CONCESSIONÁRIA** tenha responsabilidade;
- (iv) instalar um local físico adequado para o posto de fiscalização.

23.5. Prerrogativas do CONCEDENTE na Fiscalização. O **CONCEDENTE** poderá, sem prejuízo das demais prerrogativas previstas nesse CONTRATO:

- (i) determinar a interrupção imediata da prestação do SERVIÇO quando sua prestação ou execução coloque em risco a vida ou a integridade física de USUÁRIOS, de bens públicos ou de terceiros;
- (ii) exigir que a **CONCESSIONÁRIA** atenda imediatamente a algum requisito do CONTRATO;
- (iii) requerer qualquer medida que considerar necessária para a boa execução deste CONTRATO, desde que fundada em descumprimento do CONTRATO ou da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL pela **CONCESSIONÁRIA**.

23.6. As determinações do **CONCEDENTE** para a **CONCESSIONÁRIA** decorrentes do exercício da fiscalização deverão ser feitas por meio de documentação que indique os fundamentos da decisão.

23.7. Responsabilidade da CONCESSIONÁRIA. A fiscalização do **CONCEDENTE** não exime nem diminui a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONCESSIONÁRIA** no âmbito do CONTRATO no que concerne às obrigações contratadas, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o **CONCEDENTE**, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades não implicará em corresponsabilidade do **CONCEDENTE** ou de seus prepostos.

24. Garantia de Execução do Contrato

24.1. Instituição de Garantia de Execução do Contrato. A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter durante toda a vigência deste CONTRATO, sob pena de caducidade da **CONCESSÃO**, GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, em montante igual a 3% (três por cento) do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO, prestada em favor do **CONCEDENTE** para a garantia de suas obrigações e compromissos associados ao SERVIÇO, inclusive penalidades de multa eventualmente aplicadas.

24.1.1. Se o valor das multas impostas à **CONCESSIONÁRIA** for superior ao valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prestada, além da perda desta, a **CONCESSIONÁRIA** responderá pela diferença, devendo realizar o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias da respectiva notificação, sob pena de cobrança, sem prejuízo da compensação realizada pelo **CONCEDENTE** com valores eventualmente devidos à **CONCESSIONÁRIA**.

24.1.2. Sempre que utilizada a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a **CONCESSIONÁRIA** deverá recompor o valor integral no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da sua utilização ou da respectiva notificação pelo **CONCEDENTE**, sendo o prazo contado do evento que ocorrer por último.

24.1.3. A garantia de execução contratual deverá ser **renovada anualmente**, e será ajustada sempre que houver alteração no valor do CONTRATO, de forma a atender o percentual indicado acima, no prazo de até 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela **CONCESSIONÁRIA** do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no CONTRATO.

24.1.4. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO não se confunde com a garantia de créditos de viagens referido no item 10.1 (viii) deste contrato.

24.2. Modalidades. Nos termos do artigo 56 da LEI DE LICITAÇÕES, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO poderá assumir qualquer das seguintes modalidades, podendo uma modalidade ser substituída por outra, a critério da **CONCESSIONÁRIA** e desde que aceito pelo **CONCEDENTE**, no decorrer do CONTRATO:

(i) Depósito. Depósito a ser mantido em conta remunerada indicada pelo **CONCEDENTE**, o qual poderá levantar o valor depositado em caso de execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO;

(ii) Títulos da Dívida Pública. Títulos da dívida pública, desde que registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e não sujeito à nenhum ônus ou gravames;

(iii) Fiança Bancária. A fiança deverá (i) ser emitida por instituição financeira devidamente registrada junto ao Banco Central do Brasil; (ii) ter expressa renúncia da fiadora dos direitos previstos nos artigos 827, 835, 837, 838 e 839 da Lei 10.406/02 (Código Civil Brasileiro); (iii) ter vigência de 12 (doze) meses, com item de renovação até a extinção das obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, desde que haja anuência formal da fiadora na prorrogação do prazo estipulado, (iv) prever que, no caso de não renovação da fiança, o termo final de validade será automaticamente prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias e (v) prever que a inexistência da comunicação prevista acima implicará a renovação automática da fiança por igual período e nas mesmas condições da fiança original;

(iv) Seguro-Garantia. A apólice de seguro-garantia deverá (i) ser emitida por seguradora devidamente registrada junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; (ii) ter vigência de 12 (doze) meses, com item de renovação até a extinção das obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, desde que haja anuência formal da seguradora na prorrogação do prazo estipulado; (iii) prever que, no caso de não renovação da apólice, o termo final de validade será automaticamente prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias; e (iv) prever que a inexistência da comunicação prevista acima implicará a renovação automática da apólice por igual período e nas mesmas condições da apólice original.

24.3. Hipóteses de Execução. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO da **CONCESSIONÁRIA** será passível de execução, total ou parcial, pelo **CONCEDENTE**, a qualquer tempo durante a intervenção na **CONCESSÃO** ou em outra hipótese expressamente prevista neste CONTRATO ou na referida GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

24.4. Valores Executados e não Utilizados. No caso de intervenção na **CONCESSÃO**, os valores da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO executados pelo **CONCEDENTE** e não utilizados na execução do SERVIÇO ou pagamento das multas aplicadas, conforme o caso, serão devolvidos à **CONCESSIONÁRIA** por ocasião da cessação da intervenção.

24.5. Despesas. Todas as despesas decorrentes da instituição e manutenção da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO correrão por conta da **CONCESSIONÁRIA**.

25. Seguros

25.1. Durante todo o prazo de vigência do CONTRATO, a **CONCESSIONÁRIA** deverá manter com companhia seguradora autorizada a funcionar e operar no Brasil e de porte compatível com o objeto segurado, apólices de seguros necessárias para garantir a efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento dos serviços e atividades contempladas na presente **CONCESSÃO**, sem prejuízo dos seguros exigíveis pela legislação aplicável.

25.2. Os valores contratados deverão ser definidos pela **CONCESSIONÁRIA** de acordo com o cronograma de execução dos serviços e prazo da operação comercial da **CONCESSÃO**. As franquias serão aquelas praticadas pelo mercado segurador em negócios desta natureza.

25.3. A **CONCESSIONÁRIA** deverá fazer constar das apólices de seguro a obrigação da seguradora de informar por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, à **CONCESSIONÁRIA** e ao **CONCEDENTE**, quaisquer fatos que possam implicar o cancelamento, total ou parcial, dos seguros contratados, redução de cobertura, aumento de franquia ou redução de importâncias seguradas, observadas as situações previstas em lei.

25.4. A **CONCESSIONÁRIA** deverá estipular, por sua conta e risco, as coberturas, os valores segurados e os níveis de franquia mais adequados aos riscos envolvidos.

25.4.1. A **CONCESSIONÁRIA** é responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto no CONTRATO.

25.4.2. Eventuais diferenças entre os valores contratados e as indenizações/sinistros pagos não ensejarão direito à reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e nem elidirão a obrigação da **CONCESSIONÁRIA** de manter serviço adequado.

25.4.3. Os seguros deverão ter como beneficiários a **CONCESSIONÁRIA** e o **CONCEDENTE**, de acordo com sua característica, finalidade e a titularidade dos bens envolvidos.

25.4.4. As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO ou a regulação setorial, e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, de que conhece integralmente este CONTRATO, inclusive no que se refere aos limites dos direitos da **CONCESSIONÁRIA**.

26. Dos Indicadores de Desempenho

26.1. Mensuração do Desempenho. A qualidade dos serviços públicos prestados pela **CONCESSIONÁRIA** será avaliada mensalmente pelo **CONCEDENTE**.

26.2. Nos casos em que a avaliação indicar que a qualidade dos serviços prestados pela **CONCESSIONÁRIA** não é **satisfatória**, o **CONCEDENTE** comunicará por escrito à empresa, informando-a das deficiências constatadas e determinando prazo para que as mesmas sejam sanadas ou, conforme o caso, para que sejam fornecidos esclarecimentos relativamente aos fatos apontados.

26.2.1. Caso os serviços prestados pela **CONCESSIONÁRIA** sejam considerados insatisfatórios em pelo menos um dos critérios de regularidade, segurança ou conforto por 3 (três) meses consecutivos ou 4 (quatro) meses não consecutivos no intervalo de 12 (doze) meses a remuneração da **CONCESSIONÁRIA** será reduzida em 10% (dez por cento) do SUBSÍDIO no mês subsequente ao período medido.

26.2.2. A qualidade dos serviços será considerada como uma abordagem única. Caso a **CONCESSIONÁRIA** não atinja a qualidade satisfatória em um quesito em determinado mês e no mês seguinte não atinja a qualidade satisfatória em outro quesito diferente será considerado como serviço insatisfatório por 2 (dois) meses subsequentes e assim sucessivamente.

26.3. A qualidade dos serviços de TRANSPORTE PÚBLICO no que diz respeito ao material rodante, infraestrutura operacional, recursos materiais e humanos, bem como aos processos e técnicas operacionais depende exclusivamente da **CONCESSIONÁRIA**, sob fiscalização permanente do **CONCEDENTE**.

26.4. Os serviços oferecidos pela **CONCESSIONÁRIA** aos usuários serão avaliados com base nos critérios de regularidade, conforto, segurança, rapidez e cortesia, segundo parâmetros estabelecidos neste **CONTRATO**.

26.5. A regularidade será medida por dois indicadores:

- (i) “Índice de Viagens Cumpridas – IVC”, que indicará a relação entre o número de viagens realizadas e o número de viagens programadas; e
- (ii) “Índice de Atrasos nas Partidas – IAP”, que indicará o atraso médio (em minutos) verificado nas partidas dos veículos dos pontos iniciais, em relação aos horários programados. As partidas antecipadas terão o mesmo tratamento das partidas atrasadas.

26.5.1. Serão considerados insatisfatórios no quesito regularidade os serviços de TRANSPORTE PÚBLICO prestados com “Índice de Viagens Cumpridas – IVC” inferior a 95% (noventa e cinco por cento) e/ou com “Índice de Atrasos – IAP” superior a 5 (cinco) minutos em relação aos horários programados em mais de 95% (noventa e cinco por cento) das viagens programadas.

26.6. O conforto será medido por dois indicadores:

- (i) Índice de Passageiros em Pé/m² – IPP”, que indicará o nível de ocupação dos veículos na prestação dos serviços, adotando-se como limite admissível o nível de serviço permitido para fins de dimensionamento da frota necessária à operação das linhas.
- (ii) “Índice de Reclamações de Conforto - IRC”, que indicará o número de reclamações recebidas de usuários relativas às condições de conforto dos veículos em termos de lotação, conservação, asseio e limpeza.

26.7. Serão considerados insatisfatórios no quesito conforto os serviços de TRANSPORTE PÚBLICO prestados com “IRC” superior a 50 (cinquenta) por mil de passageiros transportados ou com “IPP” superior a 6 (seis) passageiros/m², durante todo o período de operação.

26.8. A segurança será medida por dois indicadores:

- (i) “Índice de Autuações de Trânsito – IAT”, que indicará o número de infrações de trânsito cometidas pelos motoristas da **CONCESSIONÁRIA** na execução dos serviços;
- (ii) “Índice de Falhas em Operação – IFO”, que indicará o número de ocorrências de socorro aos veículos em operação, motivados por falhas mecânicas e/ou elétricas de componentes veiculares.

26.9. Serão considerados insatisfatórios no quesito segurança os serviços de TRANSPORTE PÚBLICO prestados com “IAT” superior a 10 autuações relativas a infrações de trânsito cometidas pelos motoristas da **CONCESSIONÁRIA** no período de um mês ou com “IFO” superior a 5 ocorrências de socorro mecânico ou elétrico aos veículos da **CONCESSIONÁRIA** no prazo de um mês.

26.9.1. O **CONCEDENTE**, a partir dos resultados da primeira avaliação da **CONCESSIONÁRIA** sob o critério de segurança, elaborará plano de metas anual a ser implantado pela **CONCESSIONÁRIA**, visando a manutenção ou melhoria gradativa dos indicadores de segurança dos serviços oferecidos aos usuários.

26.10. A rapidez dos serviços de TRANSPORTE PÚBLICO colocados à disposição dos usuários será medida pelo indicador “Velocidade Média Comercial – VMC”, que indicará o percurso médio em quilômetros percorridos pelos veículos, equivalente a uma hora de operação comercial.

26.10.1. O **CONCEDENTE**, a partir dos resultados da primeira avaliação da **CONCESSIONÁRIA** sob o critério de rapidez, elaborará plano de metas anual, a ser implementado em conjunto com a **CONCESSIONÁRIA**, visando a melhoria da velocidade média comercial dos veículos e consequente rapidez no deslocamento dos usuários.

26.11. Metas da CONCESSÃO. As metas da CONCESSÃO compreendem o atendimento dos indicadores de qualidade estabelecidos nas cláusulas precedentes, sem prejuízo da obrigação de atendimento das demais obrigações contratuais.

27. Penalidades Aplicáveis à CONCESSIONÁRIA

27.1. O descumprimento pela **CONCESSIONÁRIA** de quaisquer cláusulas e condições previstas neste instrumento, exceto às que decorram de irregularidades operacionais enquadradas conforme o Regulamento do Serviço de TRANSPORTE PÚBLICO de Passageiros, por Ônibus, ensejará a aplicação de multa correspondente a 5.000 (cinco mil) TARIFAS DE REMUNERAÇÃO para cada infração cometida.

27.1.1. Em se tratando de atraso no início de operação dos serviços, a multa aplicada é de R\$ [●].000,00 ([●] mil) por dia de atraso.

27.1.2. A multa referida nesta cláusula será aplicada em dobro no caso de reincidência para o mesmo tipo de infração cometida no período de 2 (dois) meses.

27.1.3. As multas referidas nesta cláusula não elidem o direito de rescisão do presente ajuste, bem como da aplicação das demais penalidades por infração às disposições do Regulamento do Serviço de TRANSPORTE PÚBLICO de Passageiros do Município de ITAPOÁ e das demais sanções legais, especialmente o impedimento de participar de licitações e contratações de interesse do MUNICÍPIO, em caráter de suspensão, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses contado da data caracterizadora da inadimplência.

27.1.4. No caso de decretação de caducidade da **CONCESSÃO**, será aplicada, ainda, multa correspondente a 30% (trinta por cento) do valor total deste instrumento devidamente corrigido, independentemente do prazo decorrido.

27.1.5. Todas e quaisquer penalidades de multa aplicadas serão efetuadas mediante NOTIFICAÇÃO expedida pela **CONCEDENTE**, dando-se ciência para a **CONCESSIONÁRIA** mediante carta com Aviso de Recebimento, fax ou telegrama, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contado da data da infração, considerada válida para todos os efeitos o recebimento por qualquer funcionário e/ou preposto da **CONCESSIONÁRIA**.

27.1.6. É assegurado, à **CONCESSIONÁRIA**, o direito de ampla defesa das penalidades aplicadas, mediante recursos a serem interpostos por escrito, endereçados ao Secretário [●] e protocolados no prazo de 10 (dez) dias contado da data da ciência do ato.

27.1.7. O valor das multas deverá ser recolhido pela **CONCESSIONÁRIA** no setor financeiro do MUNICÍPIO, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, através recibo específico.

27.1.8. O prazo para pagamento das multas fluirá a partir da ciência do resultado do respectivo julgamento de eventual recurso interposto ou após o decurso do prazo recursal.

27.1.9. O valor da tarifa será o vigente, sem qualquer desconto, por ocasião do efetivo pagamento das multas.

27.1.10. As penalidades são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a de outras.

27.1.11. As multas não terão caráter compensatório, mas meramente moratório, sendo que seu pagamento não exime a **CONCESSIONÁRIA** das responsabilidades e obrigações em adotar providências pertinentes visando o integral cumprimento deste ajuste.

27.2. Período de Cura. Somente será caracterizado o inadimplemento da **CONCESSIONÁRIA** para fins de intervenção ou caducidade se, ocorrido um evento de inadimplemento, tal descumprimento não for inteiramente sanado dentro do prazo de [●] (●) dias, contados da data do recebimento da notificação pela **CONCESSIONÁRIA**, ou em prazo adicional estipulado pelo **CONCEDENTE** (o “Período de Cura”) a depender da gravidade do inadimplemento. A **CONCESSÃO** do Período de Cura não afasta a obrigação da **CONCESSIONÁRIA** de arcar com as multas eventualmente aplicadas e ressarcir os eventuais danos gerados pelo seu inadimplemento.

CAPÍTULO VIII – EXTINÇÃO DO CONTRATO

28. Intervenção na CONCESSÃO

28.1. Hipóteses de Intervenção. O **CONCEDENTE** poderá intervir na **CONCESSÃO**, com o fim de assegurar a adequação da prestação dos SERVIÇOS, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

28.2. Consequências da Decretação da Intervenção na CONCESSÃO. Decretada a intervenção na **CONCESSÃO**, o **CONCEDENTE** assumirá, temporariamente, diretamente ou através de interventor nomeado no decreto de intervenção, a prestação do SERVIÇO, a posse dos bens da **CONCESSIONÁRIA**, bem como contratos, direitos e obrigações relacionadas com o SERVIÇO, ou necessários à sua prestação. O **CONCEDENTE** deverá instaurar, no prazo de 30 (trinta) dias da efetivação da intervenção, procedimento administrativo, para comprovar as causas determinantes da intervenção na **CONCESSÃO** e promover a apuração de eventuais responsabilidades, assegurado a **CONCESSIONÁRIA** o direito ao contraditório e a ampla defesa. O processo de intervenção deverá ser concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

28.3. Cessação da intervenção na CONCESSÃO. Cessada a intervenção, o **CONCEDENTE** deverá reconduzir a **CONCESSIONÁRIA** à prestação do SERVIÇO, retornando-lhe a posse dos bens públicos e o exercício da posição contratual, direitos e obrigações inerentes a tal prestação, exceto se decretada a caducidade da **CONCESSÃO**.

28.4. Prestação de Contas. A cessação da intervenção deverá ser precedida de prestação de contas pelo **CONCEDENTE**, diretamente ou na pessoa de interventor nomeado para esse fim, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão. O **CONCEDENTE** indenizará a **CONCESSIONÁRIA** por eventuais danos diretos que tenha causado durante o período da intervenção.

29. Extinção do Contrato

29.1. Formas de Extinção da CONCESSÃO. A extinção do CONTRATO verificar-se-á em qualquer das seguintes hipóteses:

- (i) advento do termo contratual;
- (ii) encampação;
- (iii) caducidade;
- (iv) rescisão pela **CONCESSIONÁRIA** ou acordo mútuo;
- (v) anulação; e

(vi) falência, recuperação judicial/extrajudicial ou extinção da **CONCESSIONÁRIA**.

29.2. Consequências da Extinção. No caso de extinção da **CONCESSÃO**, o **CONCEDENTE** poderá:

(i) ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e recursos humanos empregados na execução dos **SERVIÇOS**, necessários à sua continuidade;

(ii) reter e executar a **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, para recebimento de multas e ressarcimento de prejuízos eventualmente causados pela **CONCESSIONÁRIA**; e,

(iii) manter os contratos firmados pela **CONCESSIONÁRIA** com terceiros pelo prazo e nas condições inicialmente ajustadas.

29.2.1. Em qualquer hipótese de extinção do **CONTRATO**, o **CONCEDENTE** assumirá, direta ou indiretamente, e, imediatamente, a prestação dos **SERVIÇOS**.

29.3. Indenizações Devidas em Caso de Extinção. As indenizações eventualmente devidas à **CONCESSIONÁRIA** em caso de extinção do **CONTRATO** serão pagas conforme as regras indicadas nos itens abaixo.

29.4. Compensação com a Indenização. Sempre que cabível, as multas, danos e quaisquer outros valores devidos pela **CONCESSIONÁRIA** ao **CONCEDENTE** poderão ser descontados da indenização devida na hipótese de extinção do **CONTRATO**.

30. Advento do Termo Contratual

30.1. Advento do Termo Contratual. O término da vigência contratual implicará, de pleno direito, a extinção da **CONCESSÃO**.

30.2. Indenizações Devidas. No caso de extinção do **CONTRATO** pela causa indicada nessa Cláusula, o **CONCEDENTE** deverá realizar para a **CONCESSIONÁRIA** os seguintes pagamentos:

(i) o valor contábil dos investimentos não depreciados ou amortizados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do **SERVIÇO**; e,

(ii) quaisquer pagamentos em atraso.

31. Encampação

31.1. Encampação. O **PODER PÚBLICO** poderá, a qualquer tempo e justificadamente, com a finalidade de atender ao interesse público e mediante lei autorizativa específica retomar a **CONCESSÃO** mediante encampação.

31.2. Indenizações Devidas. No caso de extinção do **CONTRATO** pela causa indicada nessa Cláusula, o **CONCEDENTE** deverá realizar para a **CONCESSIONÁRIA** os seguintes pagamentos:

(i) saldo atualizado vincendo de quaisquer financiamentos contraídos pela **CONCESSIONÁRIA** para investimentos efetivamente realizados na **CONCESSÃO**, excluídos os encargos moratórios eventualmente devidos pela **CONCESSIONÁRIA**;

(ii) todo e qualquer custo de desmobilização devidamente comprovado, incluindo o valor de todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações devidas à empregados, fornecedores, **FINANCIADORES** e outros terceiros credores da **CONCESSIONÁRIA**, a qualquer título;

(iii) o capital próprio investido pelos acionistas da **CONCESSIONÁRIA** e a sua remuneração, conforme premissas previstas no **PLANO DE NEGÓCIOS**; e,

(iv) quaisquer pagamentos em atraso.

32. Caducidade

32.1. Caducidade. A inexecução total ou parcial do CONTRATO pela **CONCESSIONÁRIA**, sobretudo, as hipóteses mencionadas no artigo 38, § 1º da LEI DE CONCESSÕES, acarretará, a critério do **CONCEDENTE**, a declaração da caducidade da **CONCESSÃO**, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

32.2. Hipóteses Autorizadoras da Declaração de Caducidade. A caducidade da **CONCESSÃO** poderá ser declarada nos casos previstos na LEI DE CONCESSÕES.

32.3. Processo Administrativo. A decretação de caducidade por parte do **CONCEDENTE** deverá, necessariamente, ser precedida do competente processo administrativo para a verificação da inadimplência, assegurando-se à **CONCESSIONÁRIA** o direito a ampla defesa e ao contraditório.

32.4. Declaração de Caducidade. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência ensejadora da caducidade, esta será declarada por ato do **CONCEDENTE**.

32.5. Indenização. A indenização devida à **CONCESSIONÁRIA** deverá ser paga pelo **CONCEDENTE** após a extinção do CONTRATO, contados da declaração da caducidade, implicando tal pagamento em quitação automática da obrigação do **CONCEDENTE** perante a **CONCESSIONÁRIA**.

32.6. Indenizações Devidas. No caso de extinção do CONTRATO pela causa indicada nessa Cláusula, o **CONCEDENTE** deverá realizar para a **CONCESSIONÁRIA** os seguintes pagamentos:

- (i) o valor contábil dos investimentos não depreciados ou amortizados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do SERVIÇO; e,
- (ii) quaisquer pagamentos em atraso.

32.6.1. A **CONCESSIONÁRIA** não terá direito a quaisquer outros valores, podendo o **CONCEDENTE** abater do valor devido a título de indenização eventuais penalidades aplicadas contra a **CONCESSIONÁRIA** e ainda pendentes de pagamento, bem como os danos causados pela **CONCESSIONÁRIA**.

32.6.2. No caso de declaração de caducidade, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO reverterá integralmente ao **CONCEDENTE**, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o prejuízo verificado.

32.7. Limitação de Responsabilidade do CONCEDENTE. A declaração de caducidade não resultará para o **CONCEDENTE** qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da **CONCESSIONÁRIA**, salvo pelos compromissos assumidos expressamente pelo **CONCEDENTE** ou na medida da responsabilidade imposta pela LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

33. Rescisão pela CONCESSIONÁRIA ou Acordo Mútuo

33.1. Rescisão do Contrato. O CONTRATO poderá ser rescindido pela via arbitral, por iniciativa da **CONCESSIONÁRIA**, no caso de descumprimento pelo **PERMIENTE** de suas obrigações.

33.2. Continuidade do Serviço. Não obstante o disposto, os SERVIÇOS não poderão ser interrompidos ou paralisados pela **CONCESSIONÁRIA** até o trânsito em julgado da decisão, salvo se houver decisão judicial em sentido diverso.

33.3. Indenizações Devidas. No caso de extinção do CONTRATO pela causa indicada nessa Cláusula, o **CONCEDENTE** deverá realizar para a **CONCESSIONÁRIA** os seguintes pagamentos:

- (i) saldo atualizado vincendo de quaisquer financiamentos contraídos pela **CONCESSIONÁRIA** para investimentos efetivamente realizados na **CONCESSÃO**, excluídos os encargos moratórios eventualmente devidos pela **CONCESSIONÁRIA**;

- (ii) o valor contábil dos investimentos não depreciados ou amortizados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do SERVIÇO;
- (iii) todo e qualquer custo de desmobilização devidamente comprovado, incluindo o valor de todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações devidas à empregados, fornecedores, FINANCIADORES e outros terceiros credores da **CONCESSIONÁRIA**, a qualquer título;
- (iv) o capital próprio investido pelos acionistas da **CONCESSIONÁRIA** e a sua remuneração, conforme premissas previstas no PLANO DE NEGÓCIOS; e,
- (v) quaisquer pagamentos em atraso.

33.4. Rescisão Amigável. Este CONTRATO também poderá ser rescindido por consenso entre as PARTES, que decidirão em conjunto a forma de compartilhamento das despesas decorrentes da rescisão contratual, incluindo as indenizações devidas.

34. Anulação

34.1. Anulação. O CONTRATO somente poderá ser anulado na hipótese de ocorrência de ilegalidade que caracterize vício insanável.

34.2. Indenizações Devidas. Caso o **CONCEDENTE** tenha dado causa à anulação, sem a participação da **CONCESSIONÁRIA**, este deverá indenizá-la na forma preconizada para a rescisão do CONTRATO por culpa do **CONCEDENTE**.

35. Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Extinção da CONCESSIONÁRIA

35.1. Extinção da CONCESSÃO. A **CONCESSÃO** poderá ser extinta caso a **CONCESSIONÁRIA** tenha a sua falência decretada, requeira recuperação judicial ou extrajudicial ou ainda no caso de extinção da **CONCESSIONÁRIA**.

35.2. Indenização. A indenização devida à **CONCESSIONÁRIA** deverá ser paga pelo **CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA** após a extinção do CONTRATO, implicando tal pagamento em quitação automática da obrigação do **CONCEDENTE** perante a **CONCESSIONÁRIA**.

35.3. Indenizações Devidas. No caso de extinção do CONTRATO pela causa indicada nessa Cláusula, o **CONCEDENTE** deverá realizar para a **CONCESSIONÁRIA** pagamento de indenização calculada na forma do item [●], ressalvada a ordem de preferência e as demais disposições da Lei Federal 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

35.3.1. No caso extinção do CONTRATO na forma dessa Cláusula, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO reverterá integralmente ao **CONCEDENTE**, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o prejuízo verificado.

35.3.2. A **CONCESSIONÁRIA** não terá direito a quaisquer outros valores, podendo o **CONCEDENTE** abater do valor devido a título de indenização eventuais penalidades aplicadas contra a **CONCESSIONÁRIA** e ainda pendentes de pagamento, bem como os danos causados pela **CONCESSIONÁRIA**.

CAPÍTULO IX – BENS REVERSÍVEIS E SUA REVERSÃO AO TÉRMINO DO CONTRATO

36. Bens Reversíveis. Integram a **CONCESSÃO**, sendo considerados reversíveis, todos os equipamentos e softwares diretamente relacionados com o sistema de bilhetagem eletrônica e sistema de monitoramento de frota

36.1. Manutenção e Conservação dos Bens Reversíveis. A **CONCESSIONÁRIA** se obriga a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, e às suas expensas, os BENS REVERSÍVEIS, durante a vigência do CONTRATO, efetuando, para tanto, as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho dos SERVIÇOS, nos termos previstos neste CONTRATO, ressalvados os desgastes decorrentes da utilização normal.

36.1.1. Os gastos com manutenção, conservação ou renovação dos BENS REVERSÍVEIS que importem aumento do período de amortização desses bens devem ser previamente aprovados pelo **CONCEDENTE**.

36.2. Alienação dos Bens Reversíveis. A **CONCESSIONÁRIA** somente poderá alienar BENS REVERSÍVEIS mediante prévia autorização do **CONCEDENTE**, exceto se proceder à sua imediata substituição por outros em condições de operacionalidade e funcionamento idênticas ou superiores aos substituídos.

36.3. Relação dos Bens Reversíveis. Ficará a cargo da **CONCESSIONÁRIA** elaborar, ao final de cada ano da CONCESSÃO, a relação de BENS REVERSÍVEIS, a ser apresentada ao **CONCEDENTE** até o dia 1º de maio de cada ano, devendo, inclusive, cobrir todas as aquisições/construções feitas no ano anterior.

36.3.1. A relação dos BENS REVERSÍVEIS elaborada pela **CONCESSIONÁRIA** ficará sujeita à aprovação pelo **CONCEDENTE**, que poderá incluir ou retirar bens, para tanto realizando fiscalização in loco ou mediante solicitação de documentos à **CONCESSIONÁRIA**.

36.4. Treinamento Operacional. Faltando 6 (seis) meses para o término do prazo de vigência do CONTRATO, a **CONCESSIONÁRIA** deverá iniciar o treinamento de pessoal indicado pelo **CONCEDENTE**, bem como repassar a documentação técnica e administrativa e as orientações operacionais.

36.5. Recebimento dos Bens Reversíveis. Para receber os BENS REVERSÍVEIS, o **CONCEDENTE** designará uma comissão de recebimento, composta por pelo menos 3 (três) membros, que será competente para lavrar o termo de verificação, e, estando conforme, efetuar o recebimento definitivo, mediante a lavratura de termo de devolução.

36.6. Entrega de Softwares. A cópia de segurança em DVD, ou em outro meio eletrônico, de todos os programas-fonte, será depositada pela **CONCESSIONÁRIA** em conjunto com o **CONCEDENTE**, em um cofre de banco. A cópia de segurança somente poderá ser substituída por versões atualizadas, sempre em conjunto pela **CONCESSIONÁRIA** e o **CONCEDENTE**. Caberá ao **CONCEDENTE** retirar a cópia de segurança para seu uso próprio, quando da extinção da CONCESSÃO.

36.7. Verificação Prévia. Em período compreendido entre o 24º (vigésimo quarto) mês e o 12º (décimo segundo) mês anteriores ao advento do termo contratual, o **CONCEDENTE** determinará, mediante notificação com antecedência de no mínimo 5 (cinco) dias, o início do procedimento de vistoria prévia dos BENS REVERSÍVEIS para verificar a compatibilidade de seu estado de conservação com as exigências mínimas deste CONTRATO e com o uso e desgaste natural de tais bens, assegurado à **CONCESSIONÁRIA**, em qualquer hipótese, o direito de acompanhar tal vistoria e instruí-la com laudos técnicos e outras evidências por ela reunidas.

36.8. Reparos. Concluída a avaliação final dos BENS REVERSÍVEIS, o **CONCEDENTE** poderá reter pagamentos no valor necessário para reparar irregularidades eventualmente verificadas ou determinar à **CONCESSIONÁRIA** que efetue os reparos, às suas expensas, nos prazos determinados pela comissão de recebimento, respeitado a ampla defesa e o contraditório.

CAPÍTULO X – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

37. Mecanismos de solução de controvérsias

37.1. Controvérsias oriundas do presente CONTRATO e de sua execução poderão ser dirimidas:

- (i) por meio do COMITÊ TÉCNICO;
- (ii) por Arbitragem; e
- (iii) Judicialmente, quando não passíveis de resolução arbitral, na forma da lei e deste CONTRATO.

37.2. Divergências Técnicas. Para a solução de eventuais divergências de natureza técnica, será constituído por ato do **CONCEDENTE** e mantido durante a vigência deste CONTRATO, COMITÊ TÉCNICO, composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, que substituirão os membros efetivos em suas ausências ou impedimentos.

37.2.1. O COMITÊ TÉCNICO será competente para emitir pareceres sobre procedimento para fiscalização e sobre as demais questões técnicas que lhe forem submetidas pelo **CONCEDENTE** ou pela **CONCESSIONÁRIA**, relativamente a divergências que venham a surgir quanto aos aspectos técnicos correspondentes à prestação dos SERVIÇOS desta **CONCESSÃO**.

37.2.2. Quando demandado, ou em caso de inércia do **CONCEDENTE**, o COMITÊ TÉCNICO decidirá também a respeito de eventuais controvérsias relativas a revisões e reajustes tarifários.

37.3. Os membros do COMITÊ TÉCNICO serão designados da seguinte forma:

- (i) um membro efetivo, que será o Presidente do COMITÊ TÉCNICO, e o respectivo suplente, indicados pelo **CONCEDENTE**;
- (ii) um membro efetivo, e o respectivo suplente, indicados pela **CONCESSIONÁRIA**; e
- (iii) um membro efetivo, e o respectivo suplente, indicados pela **CONCESSIONÁRIA** e pelo **CONCEDENTE** de comum acordo, dentre profissionais independentes, de ilibada reputação e notório conhecimento técnico.

37.4. O procedimento para apreciação de divergências iniciar-se-á mediante a comunicação, pela PARTE que solicitar o pronunciamento do COMITÊ TÉCNICO à outra PARTE, de sua solicitação, fornecendo cópia dos elementos apresentados.

37.4.1. No prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da comunicação referida no item anterior, a PARTE reclamada apresentará as suas alegações, relativamente à questão formulada, encaminhando à outra PARTE cópia dos elementos apresentados.

37.4.2. O parecer do COMITÊ TÉCNICO será emitido em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento, pelo COMITÊ TÉCNICO, das alegações apresentadas pela PARTE reclamada, se outro prazo não for estabelecido pelas PARTES, de comum acordo, e aceito pelo COMITÊ TÉCNICO, salvo nas hipóteses de procedimento de revisão e reajuste tarifário, que deverá ser resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da sua instauração.

37.4.3. Os pareceres do COMITÊ TÉCNICO serão considerados aprovados se contarem com o voto favorável de, pelo menos, 2 (dois) de seus membros.

37.5. A submissão de qualquer questão ao COMITÊ TÉCNICO não exonera as PARTES de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais, nem permite qualquer interrupção no desenvolvimento das atividades relacionadas à **CONCESSÃO**.

37.6. Ressalvados os casos relativos a revisão e reajuste tarifário, as opiniões emitidas nos pareceres do COMITÊ TÉCNICO poderão ser contestadas no âmbito da própria COMITÊ TÉCNICO por qualquer das PARTES no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do conhecimento do seu teor, devendo as mesmas apresentarem as razões da contestação por escrito. Não obstante o disposto nesta Cláusula, as decisões e pareceres do COMITÊ TÉCNICO poderão ser submetidas, por qualquer das PARTES, ao procedimento arbitral.

37.7. Cada uma das PARTES arcará com as despesas de seus representantes, sendo que as despesas do terceiro membro serão divididas igualmente entre ambas.

38. Arbitragem

38.1. As controvérsias decorrentes do CONTRATO, ou com ele relacionadas, que não forem dirimidas amigavelmente, serão resolvidas em definitivo por arbitragem, nos termos da Lei n.º 9.307, de 23/9/1996. A arbitragem será vinculante às PARTES e aos intervenientes.

38.1.1. A submissão de qualquer questão à arbitragem não exonera as PARTES de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais, nem permite qualquer interrupção no desenvolvimento das atividades relacionadas à **CONCESSÃO**, que deverão continuar a processar-se nos termos em vigor à data de submissão da questão até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em questão.

38.2. O procedimento arbitral se regerá pelas regras de arbitragem e será administrada pela Câmara [●], terá lugar na cidade de [●], Estado de [●], e será conduzida na língua portuguesa. Caso qualquer das PARTES deixe de apontar árbitro nos termos das regras da arbitragem, ou os 2 (dois) árbitros escolhidos pelas PARTES não logrem nomear o terceiro árbitro, sua nomeação incumbirá ao presidente da Câmara.

38.2.1. A arbitragem deverá ser concluída no prazo de 100 (cem) dias a partir da constituição do respectivo tribunal arbitral, admitida a extensão em hipóteses devidamente justificadas pelo referido tribunal.

39. Foro

39.1. É competente para dirimir as questões relativas a este CONTRATO não passíveis de serem decididas mediante arbitragem, e para a execução da sentença arbitral ou para apreciar medidas urgentes, o foro da Comarca de ITAPOÁ, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES FINAIS

40. Renúncia. A renúncia, de qualquer uma das PARTES, relativamente a qualquer dos direitos atribuídos nos termos deste CONTRATO, terá efeito somente se manifestada por escrito. Nenhuma tolerância, atraso ou indulgência de qualquer das PARTES em fazer cumprir qualquer dispositivo, impedirá, ou restringirá tal PARTE de exercer tais direitos ou quaisquer outros no momento que julgar oportuno, tampouco constitui novação ou renúncia da respectiva obrigação.

41. Contagem de Prazos. Os prazos estabelecidos em dias, neste CONTRATO, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis, excluindo-se o primeiro dia e contando-se o último. O cumprimento dos prazos, obrigações e sanções estabelecidas neste CONTRATO, salvo disposição em contrário, independe de qualquer aviso ou notificação prévia de qualquer uma das PARTES.

42. Sucessores. Este CONTRATO obriga as PARTES e seus sucessores a qualquer título.

43. Dever de Sigilo. Toda documentação técnica entregue à CONCESSIONÁRIA pelo CONCEDENTE é de propriedade deste, sendo vedada sua utilização pela CONCESSIONÁRIA para outros fins que não os previstos no CONTRATO. A CONCESSIONÁRIA deverá manter rigoroso sigilo a respeito da documentação assim recebida.

44. Invalidade Parcial. Se quaisquer itens ou disposições deste CONTRATO forem declaradas nulas, ilegais, inexecutáveis ou inválidas sob qualquer aspecto, essa declaração não afetará ou prejudicará a validade das demais itens e disposições contratuais, que, sempre que possível, se manterão em pleno vigor, eficazes e executáveis. Não obstante, nessa hipótese de invalidade, ineficácia ou inexecutabilidade

parcial, as PARTES deverão rever este CONTRATO para substituir as itens e disposições consideradas inválidas, ineficazes ou inexecutáveis por outras que produzam, na máxima extensão permitida pela LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, efeitos equivalentes, assegurado, em qualquer hipótese em que haja prejuízo, o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

45. Irrevogabilidade. Este CONTRATO é para todos os fins de direito, irrevogável e irretroatável, salvo disposições expressas em contrário na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e/ou no próprio CONTRATO.

46. Publicação. A publicação do extrato deste CONTRATO na imprensa oficial deverá ser providenciada pelo CONCEDENTE, às expensas da CONCESSIONÁRIA, até o quinto dia do mês seguinte à data de assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias contados a partir daquela data.

47. Envio aos Órgãos de Controle. O CONCEDENTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao órgão de controle interno do Município e à Câmara dos Vereadores no prazo de 5 (cinco) dias contados da sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo fixado na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

48. Cooperação Mútua. As PARTES comprometem-se a, reciprocamente, cooperar e prestar o auxílio que razoavelmente lhes possa ser exigido para o bom desenvolvimento e execução das atividades previstas no presente CONTRATO.

49. Comunicações e Notificações entre as Partes. Todas as notificações e comunicações entre as PARTES deverão ser efetuadas por correspondência escrita, incluindo entrega por serviço postal ou de remessa expressa, contra a entrega de aviso ou comprovante de recebimento, pessoalmente, mediante protocolo, ou por fac-símile confirmado posteriormente por carta, a cada uma das PARTES nos endereços, ou pelos números abaixo indicados:

Para o **CONCEDENTE**:

Endereço:

Fax:

E-mail:

A/C:

Para a **CONCESSIONÁRIA**

Endereço:

Fax:

E-mail:

A/C:

49.1. Cada PARTE poderá alterar o endereço ou o representante por ele indicado para receber comunicações mediante notificação escrita às outras PARTES, a ser entregue em conformidade com este Item ou conforme previsto na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. A alteração produzirá efeitos após 5 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação.

Itapoá, [●] de [●] de [●].

p. CONCEDENTE
[●] – PREFEITO MUNICIPAL

p. CONCESSIONÁRIA
[●] – representante legal

Testemunhas

Nome:

RG.

CPF

Nome:

RG.

CPF